

CARLA TATIANE GUINDANI

**JOVENS DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA: UMA ANÁLISE SOBRE O ÊXODO DE
JOVENS DO ASSENTAMENTO *CONQUISTA* NA
*FRONTEIRA***

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, com objetivo de obter o título de Mestre profissionalizante em Agroecossistema, 2015. Com a orientação da Professora Dra. Marlene Ribeiro e coorientação da Professora. Dra. Débora Franco Lerrer.

Florianópolis, 2015.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Guindani, Carla Tatiane
JOVENS DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA : UMA
ANÁLISE SOBRE O ÊXODO DE JOVENS DO ASSENTAMENTO CONQUISTA
NA FRONTEIRA / Carla Tatiane Guindani ; orientadora,
Marlene Ribeiro ; coorientadora, Débora Franco Lerrer. -
Florianópolis, SC, 2015.
122 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.
Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

Inclui referências

1. Agroecossistemas. 2. Juventude. 3. Reforma Agrária.
4. Movimento Sem Terra. 5. Êxodo Rural. I. Ribeiro ,
Marlene . II. Lerrer, Débora Franco . III. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Agroecossistemas. IV. Título.

*Dedico este trabalho ao meu avô
Olivo Guindani (in memoriam).
Durante a realização desta pesquisa,
descobri que ele foi uma liderança
comunitária na luta contra a
construção de barragens e que foi por
meio desta causa defendida por ele
que hoje somos parte da família Sem
Terra.*

AGRADECIMENTOS

Concluir este curso é uma conquista muito valiosa. Nele se expressa a resistência de um povo que não se satisfaz apenas com a conquista da terra, mas que luta todos os dias, incansavelmente, por uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.

Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por proporcionar aos seus militantes a justa ocupação do latifúndio do saber.

Aos jovens “novos” e “velhos” do Assentamento *Conquista na Fronteira* que na luta do dia a dia mostram que é possível construir um mundo melhor.

Meus mais sinceros agradecimentos também às queridas professoras Débora Lerrer e Marlene Ribeiro, pelo acompanhamento acadêmico e por mostrarem que eu era capaz e podia me desafiar a enfrentar esta pesquisa.

Agradeço ao meu querido pai e à minha querida mãe, por terem me ensinado a lutar para transformar nossos anseios em conquistas. Lembro-me que, ainda menina, dizia a eles do meu sonho em estudar e eles, com os corações apertados e lágrimas nos olhos, me diziam que era muito difícil, mas que precisava lutar para realizá-lo.

Agradeço ao meu grande companheiro Kima, que sempre estivemos lado a lado nas batalhas da vida, e que com muito carinho e dedicação me incentivou a seguir em frente e concluir mais esta jornada de nossas vidas.

Aos queridos amigos e queridas amigas de trabalho, de vida e de caminhada, em especial a Carmen Diniz, Mariana Diniz e Erivan Hilário pela força e pelos aprendizados.

A toda a equipe do Lecera, em especial ao Prof. Ribas, à Prof^a. Valeska, à Valdirene, à Domitila, à Joana, à Marina e à Aline pela dedicação incansável.

RESUMO

Esta dissertação trata do êxodo dos jovens do Assentamento *Conquista na Fronteira*, localizado no município de Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina. O referido assentamento organiza as 46 famílias que residem no local de forma coletiva há 26 anos. *Conquista na Fronteira* é uma das experiências de trabalho coletivo exitosas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil, no que se refere à organização coletiva de produção e trabalho. A questão central deste estudo é compreender o que motiva os jovens filhos de assentados da reforma agrária a migrar para as cidades. Seus objetivos são: investigar o grau de envolvimento da juventude nos processos organizativos e produtivos do assentamento; identificar e analisar quais são os anseios desses jovens quanto ao seu futuro e em que medida o assentamento se configura ou não como espaço de realização; identificar e analisar as influências que as políticas neoliberais, a mídia, a escola, a família e a comunidade exercem sobre essa decisão de deixarem o assentamento. A metodologia utilizada foi: pesquisa bibliográfica que aborda o tema da juventude no meio rural; entrevistas com dirigentes e jovens assentados e com jovens que saíram do assentamento, e observação participante. Os dados obtidos pela análise indicam: as dificuldades de acesso ao ensino superior, a necessidade de uma renda mais elevada e a atração pelo modo de vida urbano associado ao consumo, que são alguns dos motivos pelos quais esses jovens deixam os assentamentos e migram para as cidades. Neste sentido, consideramos que somente um novo modelo de desenvolvimento agrário, que garanta o acesso à educação, renda, moradia, trabalho, saúde, cultura e lazer, motivarão a permanência dos jovens no meio rural.

Palavras-chave: Juventude. Movimento Sem Terra. Reforma Agrária. Êxodo Rural. Campo-Cidade.

ABSTRACT

This study analyzes the phenomenon of rural exodus, especially by young people, observed in the settlement *Conquista na Fronteira*, in the city of Dionísio Cerqueira, in the Santa Catarina, Brazil. There are 46 families residing in that settlement who have been collectively organized for more than 26 years. *Conquista na Fronteira* is one of the most successful experiences of the Brazilian Landless Workers' Movement (MST), regarding collective organization of production and work. The central issue in this study is to understand what motivates the youth children of settlers of agrarian reform to leave the settlement and migrate to the cities. The main objectives are: to investigate the level of involvement of youth in the organizational and production processes of the settlement; to identify and to examine the main concerns of these young people about their future, and to which extent the settlement that can fulfil their aspirations; to identify and to examine the influence that neoliberal policies, the media, the school, the family and the community have on their decision to leave the settlement. The methodology used in this study was: bibliographic research about the youth in rural areas; interviews with leaders, young people that remain in the settlement and young people who have left the settlement; and participant observation. The data analysis indicates that the access difficulties to university education, the need for additional income and the attraction to the urban way of life associated with the consumption are some of the reasons why these young people leave the settlements and migrate to cities. Therefore, we consider that only a new agricultural development model that ensures access to education, income, housing, work, health, culture and leisure will motivate these young people to set up and keep themselves in the countryside.

Keywords: Youth. Landless Workers. Movement. Land Reform. Rural Exodus. Countryside-City.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Êxodo Rural do Assentamento <i>Conquista na Fronteira</i> (2000 – 2015)	19
Tabela 2 - Distribuição da população urbana e rural – 1940/2000.....	26
Tabela 3 - Razões para ter entrado no coletivo (%)	36
Tabela 4 - Razões para a permanência dos entrevistados no coletivo (%)	36
Tabela 5 - População residente em domicílio rural (2003-2011)	56
Tabela 6 - Comparativo entre jovens que saíram e os que conseguiram ingressar na Universidade	80

Lista de Quadros

Quadro 1 - Mapa com a localização do Município de Dionísio Cerqueira	33
Quadro 2 - Estrutura de organização da cooperativa – Cooperunião	38
Quadro 3 - Beneficiários do Pronera.....	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPITULO I.....	23
1 O ASSENTAMENTO <i>CONQUISTA NA FRONTEIRA</i> : O CONTEXTO HISTÓRICO E A QUESTÃO AGRÁRIA	23
1.1 A questão agrária brasileira	23
1.2 A luta pela/da terra e a sua conquista no extremo oeste de Santa Catarina	29
1.3 O Assentamento Conquista na Fronteira e sua organicidade.....	33
CAPÍTULO II.....	45
2 A <i>JUVENTUDE</i> E SUAS CONTRADIÇÕES.....	45
2.1 Definição conceitual de juventude	45
2.2 Definição de juventude rural e/ou camponesa	48
2.3 O êxodo rural da juventude.....	51
2.4 A juventude no MST	58
CAPÍTULO III.....	63
3 OS JOVENS QUE SAEM E OS JOVENS QUE FICAM NO ASSENTAMENTO E OS SEUS ANSEIOS	63
3.1 Metodologia utilizada para a pesquisa de campo.....	63
3.2 Um pouco da história: quem são os entrevistados?.....	64
3.3 Por que os jovens saem?.....	75
3.3.1 A busca pela formação universitária	75
3.3.2 Os meios de comunicação e o consumismo.....	80
3.3.3 A busca pela liberdade/emancipação.....	83
3.3.4 Conflito geracional.....	87
3.4 E por que os jovens ficam?	89
3.4.1 Os jovens “do” assentamento.....	89
3.4.2 Os jovens “no” assentamento.....	91
3.4.3 O que os jovens pensam sobre o êxodo rural.....	97
3.4.4 Como os jovens percebem o assentamento e o MST	104
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA FINALIZAR.....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
APÊNDICES	116
DOCUMENTOS ANEXOS	121

INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação, “Os jovens de assentamentos de reforma agrária: uma análise sobre o êxodo do Assentamento *Conquista na Fronteira*”, teve origem há algum tempo, quando despertou em mim a curiosidade de buscar entender o porquê de muitos jovens, filhos e filhas de assentados da reforma agrária, terem esse desejo de sair do assentamento para viver nas cidades, em especial, os jovens do *Conquista da Fronteira* que é o foco desta pesquisa.

O Assentamento *Conquista na Fronteira*, situado no município de Dionísio Cerqueira/SC, é vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Neste assentamento vivem 46 famílias que estão organizadas de forma coletiva, desde a produção, a comercialização, os investimentos até a convivência, o lazer e a cultura.

Vou iniciar esta introdução me colocando como sujeito desta pesquisa, por dois motivos: primeiro pelo fato de fazer parte do MST desde os 4 anos de idade, quando meus pais foram para a ocupação em 1985 e, segundo, por ser uma jovem filha de assentados, do Assentamento *Conquista na Fronteira*, que também saiu do assentamento. Portanto, julgo importante explicitar a minha história militante.

No ano de 1985, meus pais decidiram participar do processo de luta pela terra no extremo oeste do estado de Santa Catarina e, no dia 24 de maio desse ano, fomos para uma ocupação de terra, onde ficamos durante três anos acampados. Enfim, conquistamos a terra e, em 24 de junho de 1988 fomos assentados na área à qual foi dado o nome de *Assentamento Conquista na Fronteira*.

Em início de assentamento, as dificuldades são várias e tudo é prioridade nesse momento, mas a principal foi organizar uma escola para que pudessemos estudar. No início, tínhamos aula debaixo de um galpão, onde o anterior fazendeiro da área guardava os cavalos. Por meio de muita luta, no início do ano de 1989, já tínhamos uma escola linda no assentamento. Isso foi motivo de muita felicidade, pois eu já estava com 8 anos de idade e ainda não tinha tido a oportunidade de frequentar uma “escola de verdade”. Os quatro primeiros anos da minha formação se deram nesta escola, à qual demos o nome de Escola Municipal Construindo o Caminho (EMCC). Vale aqui ressaltar que esta é uma escola/cooperativa, onde toda a organicidade da cooperativa e do assentamento é reproduzida dentro dela.

Concluída a primeira etapa da escolarização, tínhamos que nos deslocar até uma comunidade distante cerca de 25 km do assentamento para continuar os estudos, até concluir o ensino fundamental. E, se quiséssemos seguir estudando, tínhamos que sair do assentamento e morar na cidade, pois nem o município de Dionísio Cerqueira nem o estado de Santa Catarina ofereciam condições de transporte para frequentarmos o ensino médio.

Ao sair do assentamento para estudar, automaticamente íamos construindo um vínculo com o mundo urbano. Tínhamos que arrumar um emprego que, pelo grau de instrução e somado à origem camponesa, era sempre um trabalho sem nenhum estímulo intelectual, como: babá, empregada doméstica ou garçonete, por exemplo. Essas eram as opções que tínhamos e, no final do mês, recebíamos um salário extremamente baixo. Ao concluir o ensino fundamental, não havia a menor expectativa de cursarmos uma faculdade, pois na época era um sonho praticamente impossível.

No ano de 1999 fui convidada para contribuir na Secretaria Nacional do MST, em São Paulo, onde desempenhei, durante muito tempo, a tarefa de secretária geral do setor de produção. O motivo principal para que eu aceitasse o convite de morar em São Paulo era a possibilidade de tentar ingressar na universidade. No final daquele mesmo ano, prestei vestibular na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e na Universidade de São Paulo (USP). Consegui passar para o curso de filosofia da PUC.

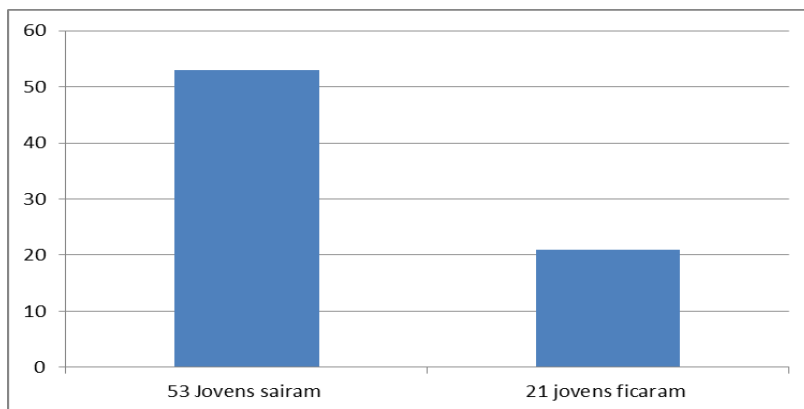
Mas o sonho durou apenas 6 meses, pois não consegui pagar as mensalidades e tive que desistir. No ano de 2004, pude retomar o sonho que precisei abandonar anteriormente, por falta de condições econômicas para me manter e, ao mesmo tempo, estudar. Por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e de uma parceria do MST com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) surgiu, para mim, a possibilidade de fazer o Curso de História, que concluí no ano de 2008.

Atualmente contribuo no Setor Nacional de Produção Cooperação e Meio Ambiente do MST e tive a oportunidade de realizar este Mestrado Profissional em Agroecossistemas, que também é uma parceria do MST, por meio da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Logo, gostaria aqui de enfatizar que a minha saída do assentamento se deu, em um primeiro momento, pela necessidade de continuar estudando e, posteriormente, pela militância no MST em nível nacional.

Hoje, depois de 25 anos de um processo de construção coletiva, todos os jovens do Assentamento *Conquista na Fronteira* têm seus estudos garantidos até a conclusão do ensino fundamental e, de alguma forma, há um incentivo e uma oferta de condições para que sigam estudando e acessem a universidade.

Assim, definido o meu interesse pelo tema: permanência/migração dos jovens assentados, passo ao objetivo geral desta pesquisa, que é: discutir e analisar os motivos pelos quais os jovens do Assentamento *Conquista na Fronteira* migram para as cidades. E a motivação para este debate foi despertada pelo fato de que nos últimos 15 anos este assentamento registra uma forte migração dos jovens para os centros urbanos, conforme pode ser observado na tabela 1, a seguir. Esse problema acaba interferindo, no caso do assentamento, em todo o processo construído coletivamente, pois as pessoas que iniciaram a construção desse projeto estão envelhecendo e a juventude, em sua grande maioria, tem optado por sair e se inserir no mercado de trabalho formal.

Tabela 1 - Êxodo Rural do Assentamento *Conquista na Fronteira* (2000 – 2015)



Fonte: Dados registrados pela Cooperunião.

Neste sentido, na pesquisa que deu vida a esta dissertação destaca-se a proposta de discutir não apenas o porquê os jovens ficam ou saem do campo, mas de fazer uma discussão mais aprofundada, e não simplesmente com base numa leitura superficial da existência de um poder de atração do jovem pela cidade. Por isso, os sujeitos desta

pesquisa foram convidados a contar a sua história de vida, passando pelas experiências vivenciadas em seus diversos aspectos e, inclusive, a divagar sobre o seu futuro e o futuro de sua família. Com isso, espero compreender e discutir as motivações e os anseios da juventude por meio do olhar dos próprios sujeitos e como esses se colocam diante das opções desse mundo extremamente individualista e consumista.

Por estar intrinsecamente ligada ao meu objeto de estudo, me coloquei como sujeito desse processo e, conseqüentemente, me permiti colocar meus conhecimentos adquiridos durante anos de convivência e observação no local onde realizei a pesquisa. A construção do conhecimento durante todo o processo se deu de modo a privilegiar a participação do/no coletivo, para alcançar os objetivos propostos.

Assim, o desenvolvimento deste estudo, utilizou-se dos seguintes procedimentos metodológicos: 1) levantamento e revisão bibliográfica e pesquisa documental; 2) história de vida; 3) observação participante; 4) coleta de dados por meio da realização de entrevistas semiestruturadas e 5) análise das entrevistas.

Adotei como fio condutor do percurso, uma estratégia interdisciplinar de pesquisa a fim de viabilizar o trânsito entre saberes de diferentes disciplinas. A pesquisa foi desenvolvida, especialmente, nas fronteiras entre a História, a Sociologia, a Filosofia e a Economia Política. A História nos ajuda a situar no contexto onde se realizam as ações a serem observadas, mas este contexto, por si só, não nos daria as informações necessárias se não tivéssemos a colaboração da Sociologia que focaliza, mais diretamente, as relações sociais. A Filosofia nos desperta para a formulação de questões colocadas pelas relações sociais situadas em determinado contexto e, com o auxílio das demais áreas, captamos as concepções, os conflitos e as contradições presentes neste contexto e que atravessam as relações sociais.

Resalto que, para aprofundar algumas questões, houve a necessidade de recorrer à Antropologia para desvelar a cultura que sustenta certo patriarcalismo nas relações entre homens e mulheres, pais e filhos. Talvez, aí se possa situar uma compreensão da busca dos jovens por experiências nas quais tenham a liberdade de serem sujeitos de suas escolhas.

Juntamente com a construção do marco teórico, realizei entrevistas em profundidade, do tipo semiestruturadas, com os atores sociais envolvidos no Assentamento *Conquista na Fronteira*. De acordo com Minayo (2009), as entrevistas em profundidade constituem uma técnica privilegiada de comunicação, pois possibilita a construção de informações (dados) pertinentes ao objeto de pesquisa.

Tal produção se dá a partir da abordagem, pelo entrevistador, de temas relacionados ao objetivo de estudo. Os dados subjetivos, que só podem ser conseguidos com a contribuição do entrevistado, constituem uma:

[...] representação da realidade: ideias, crenças, maneiras de pensar; opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar; condutas; projeções para o futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos. (MINAYO, 2009, p. 65).

A entrevista semiestruturada, técnica adotada nesta pesquisa, se coloca entre as entrevistas abertas e fechadas por seguir um roteiro que é apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador (MINAYO, 2009), ao mesmo tempo em que possibilita ao entrevistado discorrer abertamente acerca das questões (temas) propostos. A elaboração desse roteiro constitui importante etapa, pois este:

[...] deve ter, como substrato, um conjunto de conceitos que constituem todas as faces do objeto de investigação e visar, na sua forma de elaboração, a operacionalização da abordagem empírica do ponto de vista dos entrevistados. (MINAYO, 2009, p. 189).

Neste sentido, para concluir esta introdução, sistematizei os resultados obtidos na pesquisa realizada para esta dissertação, que foi dividida em três capítulos. Na introdução procurei abordar as questões que animaram a pesquisa, a metodologia utilizada, quem são os sujeitos participantes e a justificativa para tal.

No primeiro capítulo, fiz uma contextualização histórica do surgimento do assentamento, foco desta pesquisa, por meio de um resgate dos problemas relacionados à questão agrária em nosso país, no sentido de mostrar que, durante 500 anos de colonização, o campo brasileiro sempre esteve à margem das políticas públicas. Registrei, também, como a luta de um povo excluído conseguiu alcançar conquistas importantes, mas que ainda precisam continuar lutando para manter e aprimorar essas conquistas.

No segundo capítulo, por meio da realização da pesquisa bibliográfica apresento uma leitura sobre como foi construído, ao longo

da história, o conceito de juventude e juventude rural para, a partir dessa leitura, busquei compreender qual é o conceito que mais se aproxima do utilizado pelo (MST). Num segundo momento, tentei desvelar, por meio de estudos já realizados, quais são os principais motivadores do êxodo rural da juventude e concluí com o estudo dos documentos do MST, com uma análise da juventude documentada por este Movimento.

No último capítulo, apresento uma análise da pesquisa desenvolvida. Utilizei entrevistas com dirigentes e jovens (que moram e que saíram) do assentamento e a observação participante efetuada no local. Foi quando busquei compreender os anseios da juventude, por meio das respostas dos jovens ao explicarem as razões pelas quais saem ou ficam no assentamento.

CAPITULO I

1 O ASSENTAMENTO *CONQUISTA NA FRONTEIRA*: O CONTEXTO HISTÓRICO E A QUESTÃO AGRÁRIA

1.1 A questão agrária brasileira

Pesquisas antropológicas afirmam que existem evidências reais mostrando que a assim chamada sociedade brasileira teria sua formação iniciada há 50 mil anos. A história registra que as populações indígenas que habitaram este território viviam em agrupamentos sociais, famílias, tribos e, pelo fato da natureza ser bastante generosa no fornecimento de alimentos, esses povos pouco desenvolveram a agricultura. Quando os alimentos escasseavam eles mudavam de lugar em busca de fartura, explicando, assim, o estilo de vida dos povos indígenas que habitavam o solo brasileiro, na época, que, na sua maioria, eram nômades (RIBEIRO, 1975; 2000).

Portanto, segundo Stedile (2005) esses povos viviam no modo de produção identificado como “comunismo primitivo”, ou seja, organizavam-se em agrupamentos sociais não havendo, entre eles, qualquer sentido ou conceito de propriedade dos bens da natureza.

Desde os primórdios da nossa sociedade até o ano de 1.500 d.C., a História registra que as populações que habitavam nosso território viviam em agrupamentos sociais, famílias, tribos, clãs, a maioria nômade, dedicando-se basicamente à caça, à pesca e à extração de frutas, dominando parcialmente a agricultura. [...] Domesticaram apenas algumas plantas existentes na natureza, em especial, a mandioca, o amendoim, a banana, o abacaxi, o tabaco. Muitas frutas silvestres também eram cultivadas. [...] Não havia entre eles qualquer sentido ou conceito de propriedade dos bens da natureza. Todos os bens da natureza existentes no território – terra, águas, rios, fauna, flora – eram todos de posse e de uso coletivo e eram utilizados com a única finalidade de atender

às necessidades de sobrevivência social do grupo. (STEDILE, 2005, p. 18-19).

Essa realidade se transforma radicalmente com a invasão dos portugueses, como registra o mesmo autor (STEDILE, 2005, p. 19);

Os portugueses que aqui chegaram e invadiram nosso território, em 1500, o fizeram financiado pelo nascente capitalismo comercial europeu, e se apoderaram do território por sua supremacia econômica e militar, impondo as leis e vontades políticas da Monarquia portuguesa.

E essa supremacia econômica e militar dos invasores iria promover profundas mudanças na vida dos povos que aqui habitavam, conforme explica Ribeiro (2000, p. 39), ao afirmar: “Era a humanidade mesma que entrava noutra instância de sua existência atual, na qual se extinguiram milhares de povos, com suas línguas e culturas próprias e singulares”, gerando espaço para a imposição de novas línguas e culturas introduzidas, inicialmente, mas não só pelos portugueses.

Foi assim que começou, ainda no início do século XVI, com a chegada dos portugueses e a consequente ocupação de terras indígenas, a luta pela terra no Brasil. A apropriação do território brasileiro se deu pela colonização, com o objetivo de extrair o máximo de riqueza que estas terras pudessem oferecer, começando com a extração do ouro, mas depois passando a “transformar outros bens naturais, como o ferro, a prata e outros minérios, em mercadorias” (RIBEIRO, 2000, p. 20).

O primeiro mecanismo utilizado para realizar a distribuição de terras foram as capitânicas hereditárias, que eram grandes extensões de terras distribuídas pela Coroa Portuguesa aos amigos da Corte que quisessem explorá-las, recebendo em troca uma sexta parte desse resultado. Esse processo de dominação capitalista teve suas características chamadas de mercantilismo o qual, segundo Morissawa (2001), custou a dizimação direta e indireta de grande parte da população originária dessas terras, e a introdução do regime de escravidão – dos nativos e de outros povos aprisionados no continente africano – em um modelo de produção (agroexportador), que perdurou por quase 400 anos. Com base em estudos realizados pelo antropólogo Darcy Ribeiro (1975; 2000), a autora afirma que “os indígenas eram 5 milhões e atualmente vivem apenas 320 mil no território chamado de

Brasil. Enquanto Portugal tinha na época *somente* 1 milhão” (MORISSAWA, 2001, p. 56, em itálico no original).

Durante esse período colonial, onde a terra era um bem da Coroa portuguesa, a produção foi organizada por meio do modelo da *plantation*, que se caracterizava pela produção de poucas culturas, em grandes extensões de terra, com a utilização de modernas técnicas de produção e exploração da mão de obra escrava, com a finalidade de abastecer o mercado europeu.

Em 1822, o Brasil deixa de ser uma colônia e se torna independente de Portugal. No entanto, os mecanismos de exploração do território não sofrem mudanças significativas. A Lei de Terras de 1850 foi criada, entre outros motivos, para dificultar o acesso dos escravos à terra, os quais conquistariam sua liberdade 38 anos mais tarde, em 1888. A Proclamação da República em 1889 deu-se, assim como a independência, sem a participação popular e, no campo, houve um projeto de introdução de imigrantes pobres europeus, sobretudo nas lavouras de café, sem que houvesse uma distribuição de terras também a esses trabalhadores (STEDILE, 2005).

Com a chamada Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, iniciou-se o processo de industrialização no Brasil e mais uma vez, um acordo entre a oligarquia rural e a nascente burguesia industrial, suplantou qualquer possibilidade de realização da reforma agrária, algo que fora natural em outros países em processos como este.

Quando o presidente João Goulart, pressionado por intensas lutas no campo e na cidade, anunciou as reformas de base, entre elas a reforma agrária, surgia no horizonte a esperança de que, por fim, havia chegado o dia em que o Governo repararia quatro séculos de desigualdades sociais, territoriais e regionais, e iniciaria o processo de democratização da estrutura fundiária no país. Mas, em 1º de abril de 1964, embora fazendo crer que foi em 31 de março, veio o Golpe Civil-militar que pôs fim, de forma brusca e violenta, a essas reformas, impondo um regime ditatorial que teve fim em 1985. O que era proposto pelo governo de João Goulart, deposto pela ditadura, foi transformado, de acordo com os interesses desta ditadura, no Estatuto da Terra¹,

¹ BRASIL. Lei n. 4.504 de 30 de Novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências, in: CONTAG. **Questões Agrárias**. Documento 8. Estatuto da Terra e Decretos Regulamentadores. Brasília/DF, novembro de 1979. Coleção Contag. Na mesma nota de rodapé do documento da Contag (1979, p. 24) consta que, pelo Decreto-lei n. 1.110, de 9 de julho de 1970, é criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incr),

assinado em 24 de dezembro de 1964, pelo ditador, Mal. Castello Branco, que assumiria a Presidência da República. Durante esses 21 anos, o modelo de desenvolvimento rural adotado pelos ditadores militares foi muito claro:

Estimular o desenvolvimento do capitalismo do campo na agricultura, baseando-se na grande propriedade latifundiária e atrelando-se aos interesses do capital estrangeiro [...]. Para os pobres do campo [...] os governos militares apresentaram apenas uma saída social: a migração. (STEDILE, 2011, p. 24).

Prova disso é que o Brasil, até meados da década de 1960, era um país essencialmente rural, mas no início do século XX a realidade passa a ser outra, conforme podemos observar no gráfico abaixo:

Tabela 2 - Distribuição da população urbana e rural – 1940/2000

Ano	Urbana %	Rural %	Êxodo Rural %
1940	31,23	68,77	-
1950	36,16	63,84	7,72
1960	44,67	55,33	15,38
1970	55,92	44,08	25,52
1980	67,60	32,40	36,05
1990	75,47	24,53	32,08
2000	83,35	16,65	47,33

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

Elaborada durante o período em que a população brasileira se mobiliza em um processo visando a redemocratização do país, a Constituição Federal de 1988 confirma², em seus Art. 5º, item XXIII, e Art. 184, 185 e 186 a igualdade de direitos e a função social da terra:

são extintos o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), e dá outras providências.

² Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html>. Acesso em: 15 fev. 2015.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...]. XXIII – a propriedade atenderá a sua função social;

Art. 184º Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II - a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Com isso, a Constituição introduziu, em seus capítulos referentes às questões sociais, avanços importantes e estabeleceu em que situações o Estado deve exercer seus poderes para a realização da reforma agrária. No entanto, tudo isso só ficou no papel e no discurso em épocas de eleições. A realidade é que, também, todos os governos desse novo período democrático, não colocaram como prioridade a solução desse problema, nem dos problemas oriundos dessa situação que dia a dia se

agravam e o Brasil segue como um dos países com a maior concentração de terra do mundo, conforme aponta Fernandes (2000, p. 47):

O Brasil possui 8.514.876,599 km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e possui extremas desigualdades territoriais e regionais [...]. Essas desigualdades mantêm uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo [...] sendo que a maior parte das terras está sob o domínio de grandes corporações nacionais e multinacionais. Essas empresas controlam as políticas de desenvolvimento da agricultura, ficando com a maior parte dos recursos do crédito agrícola, monopolizando os mercados em todas as escalas e dirigindo a produção de tecnologias destinadas à qualificação da produção agropecuária.

O Índice de Gini³ demonstra que o nível de concentração da terra no país é de 0,854⁴. Por outro lado, existem entre 3,3 e 6,1 milhões de famílias que poderiam ser beneficiadas com a reforma agrária (CARTER, 2010, p. 60). Um dos efeitos dessa situação não resolvida ou como fruto dessa contradição é que, historicamente, percebemos o surgimento de movimentos sociais populares, envolvidos na luta pela terra. Antes ainda do processo de organização dos trabalhadores rurais sem terra, que dá origem ao MST, outros movimentos de luta pela terra já haviam ocorrido e pode-se afirmar que a força que estavam adquirindo foi uma das razões que motivaram a reação da burguesia associada às Forças Armadas, gerando a ditadura civil-militar⁵. Como bem define Fernandes (2000, p. 25):

A história da formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse

³ Mecanismo utilizado para medir a concentração da terra ou a desigualdade na sua distribuição.

⁴ Dados retirados do artigo de Debora F. Lerrer e Leonilde S. de Medeiros. *Alternative Agrifood Movements: Patterns of Convergence and Divergence*. Book Series: Research in **Rural Sociology and Development**, 2014, v. 21, p. 111-135.

⁵ Ver ainda *Movimentos sociais populares*, em Ribeiro (2010, p. 28-39).

processo de formação de nosso país, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo. Essa é a memória que nos ajuda a compreender o processo de formação do MST.

1.2 A luta pela/da terra e a sua conquista no extremo oeste de Santa Catarina

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um desses muitos movimentos populares que surgiram nesse processo de luta pelo direito ao acesso a terra, conforme descreve Carter,

Na década de 1980 surgiram diversas mobilizações populares pressionando o Estado a promover a reforma agrária, criando no processo, um dos movimentos sociais mais duradouros da história: o MST. Em meados da década de 1990, o MST havia se tornado o maior movimento social da América Latina, e a reforma agrária estabeleceu-se na agenda pública do Brasil. (CARTER, 2010. p. 37).

Este Movimento, que nasce com um caráter de classe e de luta contra o capital, tem como ponto de partida e principal bandeira a ocupação de terras, mas seus propósitos são bem mais amplos tais como registram as Normas Gerais do MST (1989), na afirmação de que visa:

[...] que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha; lutar por uma sociedade sem exploradores e explorados; ser um movimento de massas, autônomo, dentro do movimento sindical

para construir a reforma agrária; organizar os trabalhadores rurais na base; estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político; dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; articular-se com os trabalhadores da cidade e com os camponeses da América Latina.

Ao longo de seus 30 anos, o MST vem aglutinando forças, organizando os trabalhadores sem terra e conquistando espaços tanto do ponto de vista geográfico quanto político. Hoje este Movimento está organizado em 23 estados brasileiros e no Distrito Federal. No total, são cerca de 370 mil famílias⁶ que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais.

Mas, para chegar a este resultado, muitas lutas e batalhas foram travadas pelo interior do país. No início dos anos 1980, com a importante ajuda de setores da Igreja, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), e de partidos políticos de esquerda, foi intensificado o trabalho de base nas comunidades de pequenos agricultores, e foram se formando grupos de camponeses sem terra que ansiavam por seu pedaço de chão. O MST se fortaleceu ao se integrar a um movimento camponês de caráter internacional, a Via Campesina, fundada em 1993, na Bélgica, que coordena organizações de agricultores, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa (RIBEIRO, 2010, p. 37). No Brasil, a Via Campesina é uma:

[...] articulação formada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento das Mulheres Camponesas (MMC); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab). (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 7 apud RIBEIRO, 2010, p. 38).

⁶ Dados do MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/especiais/23/destaque>. Acesso em: 10 set. 2014.

No extremo oeste do estado de Santa Catarina, onde está localizado o Assentamento *Conquista na Fronteira*, foco desta pesquisa, na década de 1960 houve um forte processo de mecanização do campo, que resultou em um excedente de mão de obra e, por consequência, na intensificação do êxodo rural. Muitos trabalhadores migraram para a cidade em busca de trabalho, inclusive para outras regiões do país, como: Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Foi com esses trabalhadores excluídos que o MST iniciou o seu trabalho de base, com o objetivo de reconquistar e permanecer na terra. Conforme aponta Dalmagro, esse processo se deu pela necessidade de sobrevivência.

Vítimas da expropriação social, os sem-terra foram expulsos da terra, das condições de trabalho, da escola, enfim, das condições que lhes pudessem garantir sua inserção social, suprimindo as necessidades de subsistência. A constituição do MST efetiva-se como necessidade de os milhões de sem-terra conquistarem um pedaço de chão onde pudessem trabalhar e produzir. (DALMAGRO, 2002, p. 33).

Isso é reafirmado na fala do José, um dos dirigentes do assentamento, que foi entrevistado para esta pesquisa, e que participou das primeiras ocupações organizadas pelo MST em Santa Catarina.

Bom, [sobre] a opção de ir para a ocupação, eu, por exemplo, quando fui para a ocupação eu tinha acho que 21 para 22 anos, mas a gente não tinha muita alternativa, porque vivia uma época de desemprego, uma recessão muito grande e no meio rural, o êxodo [era] cada vez mais forte e a política do governo não tinha incentivo nenhum. Então para nós sem terra, tinha que ficar pagando uma parte, uma porcentagem para o dono das terras ou ir trabalhar de empregado, e trabalhar de empregado para um camponês que não tem profissão é muito complicado né, então lá se fomos nós para a ocupação, como uma alternativa quase que única, quase que única! (José, entrevista realizada em 12 set. 2014).

E neste contexto que, em 25 de maio de 1985, no extremo oeste do estado de Santa Catarina, conforme já foi apontado antes, que, aproximadamente, 2 mil famílias de agricultores sem terra pegaram suas lonas pretas, seus colchões e, em cima de caminhões, iniciaram um movimento rumo à conquista da terra. As ocupações daquela madrugada ocorreram nos municípios de São Miguel do Oeste e Abelardo Luz, ambos em Santa Catarina. Na fazenda Bandeirante, em São Miguel do Oeste, participaram da ocupação 535 famílias e em Abelardo Luz, a ocupação foi na fazenda Papuam com aproximadamente 1.500 famílias.

Após estas ocupações o Governo Estadual propôs um “acordo” em que as famílias deveriam sair das áreas ocupadas e, em 120 dias, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) abriria os processos de desapropriação de áreas para o assentamento das famílias. Porém os 120 dias se passaram, o governo estadual não cumpriu com o acordo e os sem terra ocuparam a sede do Incra, na capital do estado, Florianópolis. Essa ação resultou na desapropriação de 11 latifúndios, onde foram assentadas 1.300 famílias. Como o acordo ainda não havia sido cumprido integralmente, a luta continuou e os sem terra acamparam no centro de Florianópolis, para pressionar os Governos Estadual e Federal. A pressão surtiu efeito e mais algumas famílias foram assentadas.

Em meados de 1987, 350 famílias restantes das ocupações de Abelardo Luz e de São Miguel do Oeste, realizaram uma nova ocupação, agora no município de Itaiópolis, microrregião do Planalto Norte Catarinense. Nesta área permaneceram acampados durante 2 anos. A fazenda onde foi feita a ocupação estava em uma área de preservação ambiental e nela só poderiam ser assentadas 55 famílias. As famílias restantes tiveram que seguir na luta. Foi então que, em 24 de junho de 1988, após três anos de acampamento, 35 famílias que ainda não tinham sido contempladas, ocuparam a Fazenda Tracutinga, localizada no município de Dionísio Cerqueira, com uma extensão de 1.200 hectares.

Quadro 1 - Mapa com a localização do Município de Dionísio Cerqueira



A regularização do Assentamento só aconteceu depois de um acordo entre o Incra, o MST e a Prefeitura do município de Dionísio Cerqueira, ficando acertado que, nesta área, seriam assentadas 60 famílias, das quais, 35 que já vinham de um processo de luta pela terra e mais 25 famílias que seriam indicadas pelo município.

1.3 O Assentamento *Conquista na Fronteira* e sua organicidade

As 35 famílias oriundas dos acampamentos do MST eram compostas, na sua grande maioria, por jovens com seus 20 e poucos anos, cheios de entusiasmo porque haviam saído da casa de seus pais em busca de um pedaço de terra para construir suas vidas. Esses mesmos jovens, durante o processo de acampamento, foram estudando, se informando e formulando opinião sobre as desigualdades que existiam no Brasil. A experiência, os estudos e as reflexões resultaram na compreensão e até na convicção de que não bastava apenas conquistar a terra, era necessário avançar nas formas de organização do trabalho.

Neste momento, iniciou-se um grande debate sobre como seria o modelo organizativo desse assentamento. As famílias do MST, ao longo dos anos de acampamento, foram construindo a ideia de trabalhar coletivamente a terra. Conforme podemos identificar na fala de um dos

entrevistados, que afirma que apesar de não terem desenvolvido nenhum trabalho coletivo com todo o grupo, durante os anos de ocupação, eles já discutiam as possibilidades de desenvolver um modelo de assentamento diferente.

Nós as famílias que viemos de Itaiópolis, que na prática não tinha atuação [de trabalho coletivo], tinha apenas uma discussão, e foi se consolidando como grupo aqui, chegando aqui baseado em tudo o que existia na área de bens naturais como erva-mate, pinheiro, a própria questão geográfica da área, terras mais planas menos planas, as estruturas da fazenda que tinha aqui, a cerca, mangueira, galpão essas coisas aí, fez com que nós discutisse a possibilidade de agrupar cada vez mais, pra que não ficasse quem sabe [no caso de uma divisão individual dos lotes], algumas pessoas que tinham a mesma história a mesma luta ficar prejudicada, outros mais favorecidos e tal. Então tiramos a decisão do trabalho de 35 famílias ser coletivo. (José, dirigente do assentamento, entrevista realizada em 12 set. 2014).

O debate sobre como seria essa forma de se organizar, foi bastante acalorado porque as famílias oriundas do município, obviamente, não participaram desse debate durante o processo de acampamento e eram contra, pois precisavam amadurecer esta ideia do trabalho coletivo. A solução encontrada foi a divisão das famílias em dois grupos, ambos trabalhariam a terra coletivamente, porém o grupo do município, que foi denominado de Grupo 1, passaria por um período intensivo de estudos, formação e debates sobre a concepção coletiva do trabalho camponês.

Durante todos esses anos de estudo e de construção de um modelo de assentamento coletivo, foi preciso buscar ajuda em experiências que viviam esse processo de construção, de um modelo diferente de se organizar, que não era pautado pelo modelo capitalista, de uso predatório dos bens da natureza e de relação de exploração com os trabalhadores. Cuba foi uma das grandes inspirações para o MST e, em especial, para essa experiência. Várias brigadas do MST, incluindo membros do assentamento, foram a Cuba conhecer e aprender como se

organizar a partir da experiência de um país, cujo modelo de produção era declaradamente socialista.

Assim, após um longo período de estudos e construção desse modelo de assentamento, a maioria das famílias do Grupo I, por não se adaptarem ou por não estarem preparadas culturalmente para o trabalho coletivo, foram, aos poucos, desistindo e o coletivo foi substituindo-as por outras famílias que tinham interesse nessa forma de trabalho.

Depois de longas discussões coletivas, os dois grupos unificaram-se por meio da criação da Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste Ltda. (Cooperunião) em 31 de outubro de 1992.

Passou um tempo e a gente foi discutindo a unidade dos dois grupos, unimos as 60 famílias e estamos trabalhando até hoje [com] as 60 famílias. Depois, mais tarde a gente passou um período longo discutindo o que a gente iria fazer legalmente, se era um grupo coletivo se era uma associação, se era uma empresa, se era uma cooperativa. E daí [com] os resultados dos estudos e análises feita com o pessoal do Movimento, nós chegamos ao entendimento que era criar uma cooperativa de produção, que nós temos aí até hoje a Cooperunião. (José, dirigente do assentamento, entrevista realizada 12 set. 2014).

Como se pode observar, foi necessário desenvolver uma metodologia de implantação dessa experiência, que exigiu um nível de compreensão extremamente elevado de todas as famílias. Com isso, objetivavam desconstruir a visão individualista inculcada pelo modelo de produção capitalista e construir valores humanistas voltados para o bem-estar da coletividade.

Esse processo pode ser observado na tabela 3, a partir da pesquisa realizada por Christofolli (2000), na qual, ao analisar os motivos pelos quais as pessoas optaram pelo coletivo, as questões econômicas ainda figuram como um fator importante de motivação, ficando em segundo plano os elementos de ordem político-ideológica. Porém, quando se analisa os motivos pelos quais elas permanecem no coletivo é interessante observar, conforme apontado na tabela 4, que ocorre uma mudança. À medida que passa o tempo as motivações de ordem econômica, mesmo sendo predominantes, têm sua importância relativa

estreitada frente aos aspectos de inter-relacionamento, satisfação com o trabalho e político-ideológico.

Tabela 3 - Razões para ter entrado no coletivo (%)

Pensava que os rendimentos monetários no coletivo seriam bons	87,0
Ouvia dizer que o coletivo tinha mais facilidade para obtenção de recursos	82.6
Pensava que seria uma boa forma de investir os recursos	80.4
Acreditava que o trabalho no coletivo fosse menos penoso/sofrido do que na forma de lote individual/familiar	71.7
Acreditava que a pequena propriedade individual era inviável	67.4
Procurava no coletivo segurança contra períodos de crise, doenças etc.	67.4
Querira vivenciar relações de produção socialistas	41.3
Via no coletivo uma forma de viver como verdadeiros cristãos	34.8

Fonte: CHRISTOFOLLI, p., 2000, p. 58.

Tabela 4 - Razões para a permanência dos entrevistados no coletivo (%)

Os rendimentos obtidos no coletivo são melhores que no lote individual	87.0
Ter um grupo com boa afinidade político-ideológica	84.8
Gosta do trabalho que faz dentro do coletivo	84.8
Acredita que o coletivo é um passo para a construção do socialismo no Brasil	76.1
O coletivo garante renda para períodos difíceis	71.7
Tem medo de sair e perder o trabalho e capital aportados	63.0
Pensa que a pequena propriedade é inviável	60.9
Tem medo de sair e perder o direito à terra	56.5
Pelo fato de ter vários membros de minha família neste coletivo	26.1

Fonte: CHRISTOFOLLI, P., 2000, p. 59.

Podemos perceber, de forma mais clara, esta construção quando observamos os principais objetivos que levaram os assentados a

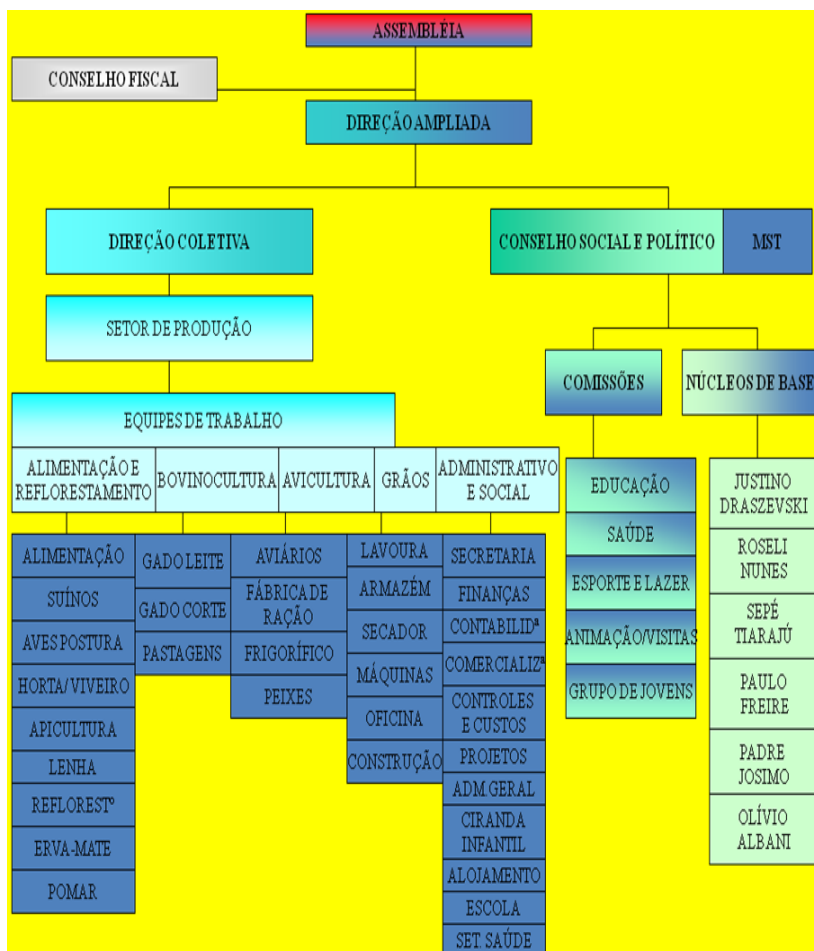
construir a Cooperunião. Isso pode ser comprovado numa consulta ao Estatuto, que registra que esta cooperativa deveria visar:

[...] o desenvolvimento da produção coletiva; facilitar a comercialização da produção; lutar por créditos; avançar política e economicamente; organizar o trabalho e garantir o bem-estar de todas as famílias.

Para que os objetivos da cooperativa fossem alcançados, fez-se necessário a construção de uma estrutura orgânica que permitisse uma dinamicidade, em termos de participação, de envolvimento e de compromisso de todas as famílias e indivíduos. Esse debate resultou na construção de um organograma⁷ de funcionamento da cooperativa e do assentamento que, como se pode observar, leva em conta tanto as questões da organização da produção como as questões sociais e de organização política das famílias.

Julgamos de extrema importância descrever cada uma das instâncias, pois, por meio delas, poder-se-á observar o grau de envolvimento e participação das pessoas dentro dessa estrutura e a importância que cada uma tem para a construção e para o funcionamento dessa experiência, que só é possível por meio da participação integral das pessoas.

⁷ Dado fornecido em 12 set. 2013 pela Cooperunião.

Quadro 2 - Estrutura de organização da cooperativa – Cooperunião

O funcionamento da democracia interna é bastante vigoroso, havendo grande preocupação com o envolvimento das pessoas nas decisões. A assembleia é a instância máxima de decisões e, para isso, todos os membros se reúnem a cada 15 dias ou quando necessário para debates, aprovações ou informes. A direção coletiva é a instância que

tem a função de zelar pelo bom funcionamento do assentamento, conforme indicado no Art. 4º do Estatuto⁸ da cooperativa:

A direção coletiva será composta por 5 (cinco) componentes eleitos a cada três anos em Assembleia Geral Ordinária, por meio de votação secreta pelos associados. Competem a esta instância as seguintes funções:

- a) administrar coletivamente a cooperativa;
- b) Dar direção juntamente com o Conselho Social e Político, aos rumos da cooperativa;
- c) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, Regimento Interno e demais decisões estabelecidas coletivamente;
- d) elaborar proposta do planejamento da produção bem como das demais atividades da cooperativa e dar o devido acompanhamento;
- e) discutir a necessidade e encaminhar a formação técnica das pessoas nos setores de produção;
- f) pensar e planejar o estratégico da cooperativa;
- g) dar acompanhamento junto ao setor de produção nos encaminhamentos da organização do trabalho e na distribuição da mão de obra.

O Conselho Fiscal é composto por 6 membros e sua função é fiscalizar todo o funcionamento da cooperativa. O Conselho Diretor é responsável pela administração da cooperativa na questão econômica e na produção, comercialização e industrialização. Também garante a execução do planejamento da produção, que é elaborado anualmente pelos associados. Já o Conselho Social e Político (coordenação do assentamento) tem a função de dar a direção política para a cooperativa; encaminhar estudos e discussões políticas; indicar as vagas para cursos de formação e para a participação em encontros e manifestações; manter a organização interna; cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento Interno e as demais decisões estabelecidas.

Outra instância importante são os Núcleos de Base, que são constituídos pelas famílias; o critério de composição é a proximidade das moradias. No Assentamento *Conquista na Fronteira* existem seis Núcleos de Base que assumem as tarefas de discutir e sugerir propostas para as assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, conforme as

⁸ Regimento interno da Cooperativa de Produção União do Oeste – Cooperunião.

discussões das instâncias, além de desenvolver estudos sobre formação política, receber as visitas, realizar as tarefas de organização e as atividades de lazer, entre outros.

As Comissões são responsáveis por garantir uma educação de qualidade para todos os membros da cooperativa, de modo que os cooperados tenham acesso ao esporte, à cultura e ao lazer, e também ao cuidado com a saúde e ao bem-estar das famílias. Às Comissões também cabem as tarefas de organizar a juventude além de garantir que todas as pessoas que visitam o assentamento sejam bem recebidas.

As Equipes de Trabalho realizam as atividades agrícolas e de transformação existentes no assentamento. Cada membro trabalha de segunda a sexta-feira; os homens têm uma jornada de 8 horas diárias e as mulheres casadas, de 4 horas no trabalho coletivo e 4 horas nos afazeres de casa (apenas as 4 horas coletivas são remuneradas), lembrando que, aquelas que quiserem, podem exercer as 8 horas de trabalho remunerado. Observe-se que o trabalho que a mulher executa em casa, o qual corresponde à reprodução da força de trabalho, não é contabilizado como tal, ou seja, não é valorizado ou entendido como produção.

[...] o que sugere que o trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa, provedora das necessidades da família de um modo geral. Aparentemente, esse papel se superpõe ao seu trabalho na atividade agropecuária [...] encobrindo a verdadeira natureza de sua ocupação e, por conseguinte, a sua jornada de trabalho. (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 155).

Os jovens assentados começam a trabalhar a partir dos 12 anos de idade, com a permissão dos pais⁹, realizando trabalhos leves. Segundo

⁹ Art. 14º – JOVENS DA COOPERATIVA (Regimento interno da Cooperunião).

Todo o jovem a partir de 12 (doze) anos, pode participar da produção mediante consentimento dos pais.

O jovem que não ingressar na produção com 12 (doze) anos, a partir de seu ingresso, receberá a porcentagem inicial estabelecida neste regimento e não terá direito aos materiais escolares.

Todo o jovem que participar do processo produtivo fará parte da distribuição de renda e subsistência conforme seu aporte de trabalho na cooperativa. 12

as discussões internas da cooperativa, é importante que o jovem tenha contato com o trabalho desde cedo para ir desenvolvendo um vínculo afetivo com o trabalho e que se sinta como parte responsável pelo assentamento e pela cooperativa. Apesar de esta inserção ter um cunho pedagógico de fazer com que, desde cedo, os jovens desenvolvam uma relação com o trabalho no campo, nos capítulos seguintes iremos aprofundar esta discussão ao analisar como este aspecto é visto e sentido por esses jovens.

Na cooperativa todos os trabalhos desenvolvidos, interna e externamente, têm a mesma remuneração, independente do grau de formação técnica ou política do assentado. Todas as atividades são computadas como horas de trabalho e entram na divisão da renda e subsistência. Cada membro da cooperativa tem direito a 15 dias de férias por ano, e, a cada mês, caso necessite para uma eventualidade, pode-se tirar mais 4 dias e esses não são pagos, nem descontados de suas horas trabalhadas.

Pode-se observar que, no interior do assentamento, perpassam relações sociais não capitalistas, em que os trabalhadores são donos dos meios de produção e a força de trabalho é coletiva, por uma vontade consciente e política de todos os membros. Mesmo com a formação da cooperativa, que é quem administra o trabalho, os cooperados não vendem sua força de trabalho para a mesma, uma vez que ela lhes pertence.

A dinâmica democrática interna da Cooperunião situa-se dentro da esfera definida como autogestão, no âmbito das unidades produtivas. A autogestão, nesse nível, refere-se à participação autônoma e ao controle direto pelos trabalhadores sobre o processo de investimento e acumulação; à eleição e demissão de seus dirigentes e representantes; à definição das formas de punição e recompensa; à tomada de decisões a respeito do planejamento e execução da produção e sobre a distribuição de renda nas empresas (BOTTOMORE, 1993; FARIA, 1987, apud CHRISTOFOLLI, 2000).

(doze) anos, 50% (cinquenta por cento); 13 (treze) e 14 (quatorze) anos, 60% (sessenta por cento); 15 (quinze) e 16 (dezesseis) anos 80% (oitenta por cento) a partir de 17 (dezessete) anos 100% (cem por cento).

A partir da atuação dos jovens na produção é compromisso dos mesmos participarem de todas as atividades da cooperativa, como: reuniões, estudos etc.

Quando observadas as relações trabalhistas, verifica-se que não existe o assalariamento, pois a remuneração e a divisão das sobras¹⁰ se fazem pelo número de horas trabalhadas de cada indivíduo. Obviamente, neste caso, surgem alguns conflitos no que diz respeito ao “corpo mole” (aquele que desenvolve a tarefa abaixo do ritmo empregado nas unidades de produção individual-familiar), pois alguém terá que suprir o seu trabalho. Aqui, fica bem claro o atravessamento das contradições do sistema capitalista, pois, em uma economia em que as leis capitalistas não são empregadas oficialmente, ou pelo menos não é por meio desse conceito que o camponês realiza o seu trabalho, fica difícil dizer qual é o nível de rendimento satisfatório que ele deve ter.

A distribuição da renda é realizada em dois momentos: mensalmente e ao final de cada ano agrícola. Segundo informações da cooperativa, somando estas duas rendas (mensal e anual), o valor médio recebido por família¹¹, mensalmente, é de 1,7 salários mínimo. Sendo que, este valor é líquido, pois já foram descontados os gastos com alimentação produzida no assentamento, o que é comprado no mercado, a energia elétrica etc. Dalmagro (2002, p. 82) descreve como se dá esse processo:

Os acertos financeiros com os associados funcionam da seguinte forma: todas as horas de trabalho empregadas na cooperativa no período de um ano são computadas e divididas pela arrecadação total desse mesmo ano, isto dá o valor

¹⁰ Art. 9º – DIVISÃO DE RENDA E INVESTIMENTOS (Regimento interno da Cooperunião).

A divisão de renda se dará conforme o trabalho aplicado:

- a) será considerado na divisão de renda o trabalho aplicado na produção a partir do ano agrícola de julho a junho;
- b) a distribuição dos produtos de alimentação produzidos no assentamento será feita conforme a necessidade de cada um, sendo que tudo será computado para devidos acertos mensais e/ou semestrais;

§ Em caso de algum produto ter produção limitada será respeitada a porcentagem aportada de trabalho para a cooperativa.

- c) o setor administrativo deverá organizar e fazer a soma de toda a mão de obra aplicada e os gastos com alimentação a cada mês ou seis meses para devidos acertos;

- e) no final do ano agrícola a cooperativa deverá fazer um acerto da mão de obra da renda e da alimentação;

¹¹ A média é de 3 pessoas por família, que estão inseridas no processo produtivo. Informações fornecidas pelo setor de finanças da cooperativa.

da hora/trabalho. Somam-se as horas trabalhadas de cada pessoa, multiplicadas pelo valor da hora. Isto resultará no valor a que cada trabalhador tem direito. Portanto, o valor da hora/trabalho pode variar a cada ano, em conformidade com a renda adquirida pela cooperativa. [...] Do valor que cabe a cada associado são diminuídos os produtos da subsistência que cada família adquiriu e eventuais adiantamentos financeiros.

Na cooperativa há uma norma que assegura que cada família pode ter uma vaca leiteira, como uma forma de complementação de renda. E as casas estão organizadas em três agrovilas.

No princípio, as famílias do Assentamento *Conquista na Fronteira* se organizaram em estruturas precárias existentes na fazenda ocupada. Com o passar do tempo, foram sendo construídas casas com madeiras retiradas e beneficiadas no próprio assentamento. É importante mencionar que essas eram casas bem humildes. No ano de 2008, por meio de um projeto de habitação do Governo Federal, foram construídas novas casas, agora de tijolos. Esses projetos só permitiam que fossem construídas casas com modelo e tamanho padrão. Porém, a maioria das famílias, individualmente, investiu e construiu casas maiores e mais confortáveis, por isso, hoje, no assentamento pode ser constatado um alto padrão nas moradias dos assentados.

Um dos princípios do assentamento, já referido, é a produção para a subsistência e o bem-estar social das famílias que ali vivem. Podemos observar que todas as famílias têm uma alimentação extremamente farta e saudável. O acesso ao esporte, lazer, saúde e educação são elementos essenciais garantidos por todos e para todos.

Dessa maneira, podemos concluir este capítulo dizendo que o Assentamento *Conquista na Fronteira* foi, e continua sendo ao longo desses 26 anos de construção, uma experiência de organização coletiva exitosa, pois ainda que isso implique em um alto nível de complexidade, as famílias têm se dedicado para que todas as necessidades relacionadas à dimensão humana sejam consideradas como prioridades.

CAPÍTULO II

2 A JUVENTUDE E SUAS CONTRADIÇÕES

2.1 Definição conceitual de *juventude*

Percebida como fase natural da vida, a *juventude* – que destaco em itálico – é tratada como uma definição universal. Porém, segundo Novaes (2008, p. 3), infância, adolescência, juventude, maturidade e velhice, cada um designa um período diferente da vida. Sendo que “os limites etários e as características de cada uma das ‘idades da vida’ são produtos históricos, resultados de dinâmicas sociais mutantes e de constante (re)invenções culturais”.

Hoje nos deparamos com uma infinidade de definições sobre o que é ser *jovem*. Na sociedade clássica greco-romana, a definição do termo *juvenis* significava, etimologicamente, “aquele que está em plena força da idade” (JANATA, 2012 p. 108). Segundo a mesma autora, naquela cultura, evocavam a Deusa Grega *Juventa*, no rito que tornava os mancebos cidadãos, quando esses então passavam a exercer plenamente os seus direitos. Naquela sociedade, *juventude* se referia à idade entre os 22 e 40 anos.

Na sociedade moderna não há um consenso sobre uma delimitação etária do que é ser jovem. Uma delimitação existente para o termo é encontrada no advento da indústria moderna, ocorrido, sobretudo, no final do século XVIII e durante o século XIX. Janata (2012), a partir de uma consulta à obra de Perrot (1996)¹², que trata da constituição da juventude operária na França do século XIX, demonstra como o trabalho implicou na definição de *juventude*. Observamos que, aqui nesse caso, as restrições legais requeriam proteção e controle.

Proteção: segundo a lei de 1841, até os 16 anos é proibido fazê-lo trabalhar aos domingos e mais de 12 horas por dia. A lei de 1882 estabelece a interdição do trabalho noturno e de descida ao fundo das minas até 18 anos, e limita a jornada dos menos de 16 a 10 horas. Após 18 anos, o regime é o dos adultos. Assim instaura-se uma categoria de jovens trabalhadores – 12 a 16 anos, ou 13 a 18 anos – que corresponde à adolescência,

¹² PERROT, Michele. *Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

cuja percepção biológica se aguça. Com efeito, essas medidas são tomadas em nome de um ‘crescimento incompleto’, ou de uma menor resistência à fadiga. (PERROT, 1996, p. 92-93 apud JANATA, 2012, p. 108).

Neste sentido, o período da adolescência é representado por certo controle e restrição a alguns tipos de trabalhos permitidos a esta faixa etária e, após os 18 anos, os jovens tornam-se livres para desempenhar qualquer tipo de trabalho, passando, assim, a ter autonomia para tomar decisões. O final dessa fase de liberdade e autonomia, segundo a mesma autora, era marcado pelo casamento, não existindo uma idade definida para acontecer, como aponta Perrot (1996, p. 97 apud JANATA, 2012, p. 109), no século XIX.

O fim da juventude é a estabilidade, o casamento, formação de um novo casal, única maneira de deixar a própria família, de tornar-se independente, afetiva e economicamente. Momento que as famílias operárias retardam o máximo possível, a julgar pela idade relativamente elevada dos que se casam, ainda que ela diminua ao longo do século XIX (de 28,7 em 1821/5 para 25,5 em 1901/5, para os homens; de 26,1 para 24,1, nos mesmos períodos para as mulheres).

Conforme podemos observar, a autora aponta para o importante elemento de o fator trabalho ser um determinante para delimitar a juventude moderna desde a sua origem. Mas, também chama a atenção para o fato de existirem aqueles que podem passar por esse período sem viver a experiência do trabalho. Este era um privilégio dos jovens burgueses, que tinham a possibilidade de acessar os “liceus e universidades”, benefício este que não era gozado pelos jovens operários. Neste sentido, Janata (2012) aponta a impossibilidade de separar a condição etária da condição de classe.

Foracchi (1982, p. 19) chama a atenção para que o aspecto de que “a existência humana, nas suas diferentes etapas, é marcada pelo ritmo biológico da idade”, mas “cada uma dessas etapas possui características próprias que são, por sua vez, alvo de avaliações sociais específicas”. Por isso, é preciso analisar por meio de um ângulo que não é apenas

cronológico, mas geracional. Neste sentido, alguns autores têm debatido a categoria *juventude* por meio do corte geracional, em que (Castro et al., 2009, p. 161) ressalta duas percepções: a primeira, focalizada por Bourdieu (1978) e Champagne (1979) “que tratam a geração a partir da perspectiva geracional que ‘jovem’ está em oposição ao ‘adulto’ ou ‘velho’, devido às disputas por bens materiais e simbólicos”.

Bourdieu (1978, p. 7-8) destaca que a vivência geracional é construída a partir de:

[...] aspirações sucessivas de pais e filhos, constituídas em relação a estados diferentes da estrutura da distribuição de bens e de oportunidade de acesso aos diferentes bens: aquilo que para os pais era um privilégio extraordinário (na época em que eles tinham vinte anos, por exemplo, havia uma pessoa entre mil de sua idade e de seu meio que possuía um automóvel) se tornou banal, estatisticamente. E muitos conflitos de gerações são conflitos entre sistemas de aspirações constituídos em épocas diferentes. Aquilo que para a geração 1 foi uma conquista de toda uma vida, é dado imediatamente, desde o nascimento, à geração 2.

Bourdieu, na obra citada, relaciona idade biológica e idade social, afirmando que são indissociáveis. Para o autor, a idade é socialmente construída e varia, em cada sociedade, nos diferentes momentos históricos e a partir de distinções de geração, gênero e classe.

A segunda perspectiva recupera Mannheim (apud FORACCHI, 1982)¹³, que explora duas correntes para definir o conceito de geração, as quais trazem influências no modo em que as gerações estão compostas hoje: positivista e histórico-romântica. A positivista é criticada por Mannheim (1982), por fazer apenas a abordagem quantitativa levando em consideração somente o fator biológico. A corrente histórico-romântica apresenta uma abordagem qualitativa, levando em consideração a vivência político-social das pessoas. Aquele sociólogo prefere utilizar um meio termo, ao defender que os grupos

¹³MANNHEIM, Karl. (1982). O problema sociológico das gerações [tradução: Cláudio Marcondes], in: FORACCHI Marialice M. (Org.). *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo, Ática, p. 67-95.

etários vivenciam tempos históricos diferenciados, em um mesmo período cronológico.

Neste sentido, Mannheim, também abordado por Castro (2013, p. 48-49) amplia o debate e apresenta três construções conceituais de geração que são centrais para o debate sobre a *juventude*: “o recorte biológico, a unidade geracional e os grupos concretos”. O autor define geração em primeiro lugar, “como uma construção da modernidade e de sua definição de linearidade histórica”. Como segunda definição, a unidade geracional, “como processos identitários sem um contexto histórico, ainda que individualmente nem todos os que compõem uma certa população se reconheçam como tal”. E como terceira e última definição sobre os grupos concretos “a identificação nativa de geração em um mesmo contexto local”.

Segundo Castro (2013, p. 49), compreender essas percepções sobre a geração, apontadas por Mannheim, nos ajuda a analisar a *juventude* “como uma categoria identitária, marcada por percepções e ordenações geracionais”. Ou seja, não se trata apenas de um corte etário, mas, sim, de observar como a percepção sobre gerações contribui na construção da identidade *juventude*.

2.2 Definição de juventude rural e/ou camponesa

Se existem dificuldades conceituais para definir a categoria *juventude*, a dificuldade é ainda maior ao se analisar a categoria *juventude* rural, do campo ou camponesa. Para Wanderley 2007 (apud CASTRO, 2009) a categoria juventude rural há muito tempo não está inserida no debate acadêmico e não tem se configurado como alvo de discussão. Nas palavras de Castro (2009, p. 129):

(...) a juventude rural é percebida como uma categoria específica, e não na perspectiva de jovens e rurais. É uma categoria minoritária ‘dentro’ da juventude. Quando retomamos os dados do Pnad¹⁴ essa análise faz algum sentido. Os dados apontam que a população de 15 a 29 anos é de 49 milhões de pessoas e representa 27% da população. Por outro lado, 4,5% seriam jovens rurais. No entanto, ainda que pareça pouco no universo total, estamos falando de 8 milhões de pessoas. Isso sem entrarmos na problematização

¹⁴ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

da própria definição de rural e urbano. Assim, se fôssemos pensar a juventude rural como categoria específica e de pouca expressão numérica na sociedade brasileira, mesmo esse eixo deveria ser revisto. É uma população de 8 milhões de jovens! Neste sentido, a invisibilidade que marca a juventude rural deve ser problematizada.

Os jovens do meio rural, conforme descreve Castro nesta obra, são aqueles que vivem um duplo enquadramento. Por um lado, sofrem com as imagens pejorativas sobre o mundo rural e as consequências da desvalorização rural no espaço urbano e, por outro lado, no meio rural, muitas vezes são deslegitimados, pelos pais e pelos adultos em geral, por serem muito urbanos. Agrega-se, ainda, o fator de a *juventude* rural carregar o peso da hierarquia familiar por estarem, os jovens, na posição de subalternos tanto na esfera familiar como na sociedade. Paralelamente a isso, Castro (2009) chama a atenção sobre o fato de a categoria *jovem* ser responsabilizada, tanto pela família como pelos movimentos sociais do campo, pela “renovação” e “futuro” da (re)produção familiar.

Segundo Castro (2013, p. 53), “os esforços se voltam para analisar jovens rurais associados ao *problema da migração rural/urbana*, da herança e da pequena propriedade familiar”. Neste sentido, ela reforça a necessidade de buscar outros caminhos para consolidar a categoria jovem rural em que:

[...] se privilegie a interseccionalidade (STOLKE, 2006), de modo a desconstruir a categoria juventude, demonstrando como ela é socialmente representada, e perceber em que medida as diferentes visões sobre os jovens demarcam seus lugares sociais, a maneira como estão situados na família e na sociedade, sem desconsiderar a dimensão histórica e estrutural que a categoria comporta. (CASTRO, 2009, p. 45).

Assim, podemos entender a juventude como aqueles que vivem o mesmo processo histórico e cultural, que possuem certa identidade decorrente do lugar que ocupam na sociedade, mas vivenciam a juventude de forma diferenciada, pois as variáveis de gênero, etnicidade, religião, classe,

responsabilidades, expectativas fazem parte da definição de quem é visto ou considerado jovem. (HONWANA; BOECK, 2005 apud CASTRO, 2009, p. 45).

Em suma, conforme bem define Capelo (apud JEOLAS et al., 2007, p. 49), as *juventudes* são muitas,

e devem ser compreendidas a partir da situação de classe e dos pertencimentos socioculturais que configuram as múltiplas identidades juvenis, entre outros critérios que imprimem especificidades aos jovens, sejam eles urbanos ou rurais.

Para o MST, a construção de uma concepção do sujeito *juventude* é fundamental para pensar esta categoria estrategicamente e organizá-la politicamente. Existe uma infinidade de conceitos, conforme mencionado anteriormente, buscando explicar a *juventude*, mas a maioria deles se perde por observá-la em sua aparência e não busca compreender a essência das relações que constituem a *juventude* enquanto sujeito.

Em debates internos no MST, há análises, ainda não publicadas, apontando que o critério meramente etário seria inadequado para tratar do tema em questão, pois a definição de *juventude* exige uma reflexão menos determinista e mais dialética. Afinal, não se trata de uma condição, mas de um sujeito que atua e se reproduz situado numa realidade e tempo determinados.

Neste sentido, são consideradas válidas as abordagens para definir *juventude* que levam em conta o viés biopsicológico¹⁵, definindo o jovem pelas incertezas e instabilidades da transição para a vida adulta, e, o viés sociocultural, que toma como premissa o jovem pelos seus comportamentos, estilos, relacionamentos e pelo ambiente instável em que vive e define suas opções.

Porém, as análises resultantes dos debates apontam que essas duas abordagens ainda são insuficientes para definir *juventude*. Para superar essas concepções, considera-se imprescindível pensar a

¹⁵ Relativo ou pertencente à Biologia e Psicologia ou que as envolve. Definição do dicionário Michaelis. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/biopsicologico%20_916740.html>. Acesso em: 20 mar. 2015.

juventude enquanto um conceito construído socialmente, que leve em consideração o fato de que esta *juventude* está inserida nas relações sociais capitalistas.

Assim, partindo dessa concepção debatida nas instâncias internas do MST, do qual faço parte, deixo registrado que, no desenvolvimento desta pesquisa, levarei em conta esses elementos para focar a abordagem sobre o tema.

2.3 O êxodo rural da juventude

O êxodo rural da *juventude*, direcionado para os centros urbanos, tem se configurado como um fator de preocupação e debate nos movimentos sociais do campo. Infelizmente, não temos muitas elaborações que abarquem de maneira efetiva toda a complexidade da realidade a que esta categoria está relacionada.

Os estudos realizados sobre a juventude rural apontam que as dificuldades de acesso à escola, ao lazer e à cultura, associadas à curiosidade e interesse pelo trabalho remunerado, são os principais elementos apontados para que os jovens deixem o campo e busquem as cidades onde acreditam encontrar melhores condições de vida.

Porém, não podemos analisar esses fatores de forma isolada. É imprescindível observar a trajetória do desenvolvimento do capitalismo no meio rural brasileiro e as consequências derivadas desse processo para toda população do campo.

Segundo Stedile (2011), historicamente, o êxodo rural fez parte do projeto de desenvolvimento da burguesia industrial brasileira, pois, como a indústria já nasceu dependente do capital estrangeiro, precisava obter ganhos com a superexploração da força de trabalho fabril e, para isso, era preciso ter um enorme exército industrial de reserva, formado pelos camponeses que migravam todos os anos para as cidades e pressionavam os salários para baixo.

Conforme discutido no primeiro capítulo, esse processo (da expulsão massiva dos camponeses para as cidades) intensificou-se com o processo de modernização conservadora encampado nos anos de 1960 com a introdução da revolução verde¹⁶.

¹⁶A revolução verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica da valorização do progresso. (CALDART, 2012, p. 685).

Neste sentido, Singer (1973) reforça que os fatores de exclusão que levam as migrações são de duas ordens: a introdução das relações capitalistas no campo e os fatores de estagnação. Para este autor são:

Fatores de mudança que decorrem da introdução de relações capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução no nível de emprego [...]; e fatores de estagnação, que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários. (SINGER, 1973, p. 38).

E resumidamente,

Os fatores de mudança fazem parte do próprio processo de industrialização, na medida em que este atinge a agricultura, trazendo consigo mudanças de técnica e, em consequência, o aumento da produtividade do trabalho. Os fatores de estagnação resultam da incapacidade dos produtores em economia de subsistência de elevarem a produtividade da terra. Os fatores da mudança provocam um fluxo maciço de emigração que tem por consequência reduzir o tamanho absoluto da população rural. (SINGER, 1973, p. 38).

Segundo Moura (2013), é com essa situação demográfica, de redução drástica do campesinato nacional, que se organiza a forma mais avançada do capital no campo, o agronegócio¹⁷, sobretudo após a

¹⁷ Termo criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços. (CALDART, 2012).

segunda metade da década de 1990. Com o domínio das tecnologias produtivas cada vez mais nas mãos das grandes empresas transnacionais, forte apoio do aparato midiático e a decisão dos governos federais e estaduais dos últimos 20 anos de incentivo estruturante a esse modelo, o agronegócio superou ideologicamente a essência arcaica do latifúndio e estabeleceu um novo período de acumulação do capitalismo agrário brasileiro e internacional.

O agronegócio se configura como projeto hegemônico para o campo, como um projeto das elites, mas que necessita articular os meios de produção agropecuários aos meios de comunicação, sobretudo as mídias. Com isso, avança no domínio do sistema produtivo, nas formas de extração da renda da terra e no convencimento ideológico. Como define Ribeiro (2013, p. 674):

Consiste o agronegócio numa articulação empresarial voltada à exportação de produtos primários ou que agregam pequena parcela de tecnologia, tratando-se sobretudo de minérios e gêneros agrícolas que são produzidos em larga escala e comercializados no Brasil e no exterior. Envolve o setor de máquinas (tratores, ceifadeiras, colheitadeiras etc.), a produção agrícola, as tecnologias associadas a essa produção, a industrialização dos produtos, o setor de distribuição e serviços e o setor bancário, responsável pelo financiamento da produção. Com isso, gera pequena quantidade de postos de trabalho. A definição do Brasil no plano econômico nacional e internacional, como produtor e exportador de produtos primários, está associada ao poder, à importância e fortuna dos empresários do agronegócio, grandes proprietários de terras que se articulam com o sistema financeiro tanto para financiar a produção quanto para aplicar lucros no mercado de ações.

Conforme estamos vendo, com o avanço do agronegócio que voltado à exportação de *commodities*¹⁸ engendrou-se um consistente

¹⁸ *Commodities* ou mercadorias são artigos de comércio, bens que não sofrem processos de alteração (ou que são pouco diferenciados), como frutas, legumes, cereais e alguns metais. Como seguem um determinado padrão, o

processo de convencimento ideológico sobre esse projeto capitalista, no sentido de estimular que os camponeses diminuíssem seu potencial de reconhecimento enquanto classe, fomentando assim a construção de uma superioridade da cidade sobre o campo, elemento determinante para compreender o movimento da realidade nos dias atuais. Esse fator é apontado por Castro (2009) como um dos elementos motivadores da saída dos jovens do campo,

Os identificados como *jovens e rurais* (WANDERLEY, 2007) seriam aqueles que vivenciam o que podemos denominar duplo ‘enquadramento’. Por um lado, sofrem com as imagens pejorativas sobre o mundo rural e as consequências dessa desvalorização do mundo rural no espaço urbano – ou seja, a associação do imaginário sobre o ‘mundo rural’ ao atraso e a identificação dos jovens como roceiros, peões, aqueles que moram mal. Por outro, no meio rural, muitas vezes são deslegitimados por seus pais e adultos em geral, por serem muito urbanos. (CASTRO, 2009, p. 39).

A reprodução da hierarquia rural/urbana sob as construções estigmatizantes, dentre as quais pertencer a uma comunidade rural, é motivo para o jovem se sentir desvalorizado culturalmente. No imaginário do jovem, cidade é sinônimo de viver melhor e, além disso, o preconceito incrustado historicamente de que o camponês é atrasado, tanto na sua cultura quanto em seus métodos e processos de trabalho, influenciam os jovens, estimulados pela formação oferecida pela escola e pelos meios de comunicação, a buscarem a cidade, onde estaria o “desenvolvimento e o progresso”.

Entre as questões que estimulam os jovens, sobretudo os rapazes, a deixarem o campo está a relação com os pais, pois a cultura do patriarcalismo expressa no exercício da autoridade sobre os filhos dificulta a construção da autonomia desses jovens que, assim, buscam empregos nas cidades. Mas outra questão de não menos importância refere-se aos limites da propriedade da terra de cada assentado que não permite ao jovem pensar em constituir uma família com base no

trabalho do campo. O problema da manutenção/saída dos jovens no/do campo é registrado por Bonamigo (2007, p. 90) ao afirmar:

Na verdade, é um conjunto de elementos presentes influenciando a realidade das pequenas propriedades camponesas e dificultando, ainda mais, as possibilidades de reprodução dos núcleos familiares. Tanto é assim, que inúmeros filhos de assentados, oito (8) no ano 2005/2006, deixaram o trabalho no campo, deslocando-se aos centros urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro para trabalharem como garçons e assadores de carne em grandes redes de churrascarias. Nesse mesmo período, apenas dois incorporaram-se ao MST em acampamentos organizados no Rio Grande do Sul a fim de conquistarem um pedaço de terra para trabalharem e não se submeterem ao trabalho assalariado.

A convergência desses vários fatores analisados acima demonstra que o projeto capitalista brasileiro, de negação do campesinato e fortalecimento do agronegócio, tem sido incisivo na expulsão de uma grande parcela da população rural, mas, sobretudo, se analisarmos a tabela abaixo, vamos perceber que no período que compreende de 2003 a 2011, esse processo incidiu fundamentalmente sobre a juventude na faixa etária entre 18 e 24 anos.

Capelo (apud JEOLAS et al., 2007, p. 210) reforça, em parte, esse dado, quando afirma que na “década de 1960, o grupo etário que migrava para as cidades tinha uma idade média de 40 a 49 anos; nos anos 1990, o grupo etário migrante passou a ter de 15 a 19 anos”.

Tabela 5 - População residente em domicílio rural (2003-2011)

	2003 (1.000 pessoas)	2011 (1.000 pessoas)	% variação entre 2003 e 2011
Grupos de idade (anos)			
10 a 14	3000	3166	5,24%
15 a 17	1805	1907	5,35%
18 a 19	1071	957	-11,91%
20 a 24	2027	2033	-14,46%
25 a 29	1974	2092	5,64%
30 a 39	3531	3950	10,61%
40 a 49	2914	3518	17,17%
50 a 59	2267	3028	25,13%
60 ou mais	2772	3735	25,78%

Fonte: Pnad (IBGE).

O forte processo migratório ocorrido nas últimas décadas, conforme apontamos acima, associado a um estilo de vida urbano, tem levado alguns pesquisadores e, até mesmo os representantes do Estado, a acreditarem que o campesinato brasileiro está fadado à extinção e que a única possibilidade vislumbrada é a integração desses camponeses “à agroindústria patronal e à sua subordinação às exigências do mercado dominado pela agricultura capitalista” (KOLLING et al., 1999, p. 31).

Porém, “ficar” ou “sair” do meio rural mobiliza múltiplas questões, além da lente da migração para o meio urbano, processo social que passou a ser analisado a partir de diferentes interpretações (CASTRO, 2013). Considera-se que o jovem não deixaria o seu lugar de origem se não na expectativa de encontrar fora, elementos que aparentemente não estão presentes no lugar de onde saiu. Malagodi e Marques (2007, p. 198) chamam a atenção para o que a literatura tem enfatizado, ou seja, que a *juventude* rural envolve grupos com situações sociais, espaciais e históricas diversas, bem como o fato de que suas estratégias de reprodução social são múltiplas, há “os que migram para o trabalho temporário”, os que se “engajam em trabalhos urbanos nas capitais” e os “que buscam, por meio da educação formal, a capacitação para outras profissões”.

Neste, sentido há necessidade de considerar as relações de hierarquia e os conflitos geracionais como fatores que também influenciam na saída dos jovens. A autoridade paterna cria mecanismos de vigilância e controle, por meio das relações familiares, na escola e na

comunidade, fazendo com que os jovens não se sintam capazes de coordenar tarefas e, sim, de apenas executá-las, ao passo que são constantemente associados à renovação e ao futuro (BONAMIGO, 2007).

Foracchi (1973) chama a atenção para o fato de que “toda a sociedade elabora uma noção ideal de ‘adulto’, na qual estão sintetizadas as suas aspirações mais ambiciosas, seus valores mais raros, suas normas mais características, numa palavra, a essência do seu ethos”. E essa sociedade atribui ao jovem a responsabilidade de representar esse adulto ideal. Neste sentido, não podemos perder de vista as características próprias de cada idade, e a *juventude* ou as *juventudes* têm o seu jeito peculiar.

A cultura patriarcal, que ainda vigora na organização das famílias camponesas, não considera o trabalho da mulher – e com isso o homem se impõe como mantenedor e chefe da família (porque ganha mais) – definindo limites ao crescimento da mulher. Do mesmo modo, a autoridade dos pais dificulta aos filhos construir-se como personalidade e identidade, pois precisam apenas obedecer e se submeter às decisões paternas, sem serem ouvidos.

A saída expressiva das moças do meio rural, por exemplo, relaciona-se também à maneira como se dá a divisão do trabalho nas unidades rurais de produção e pela invisibilidade do trabalho doméstico – representado pela categoria “ajuda”, atribuída ao trabalho de mulheres, jovens e crianças (BRUMER, 2004 apud CASTRO et al., 2009, p. 57).

Em muitos contextos, a saída dos jovens do campo poderia ser entendida como expressão de seus questionamentos e redefinição sobre o mundo rural (STROPASOLAS, 2007).

Carneiro e Castro (2007) trazem para a discussão a necessidade de estudar, também, os fatores que atraem os jovens para a atividade agrícola e para a vida no meio rural. Propõem uma reflexão sobre pensar a juventude rural no contexto das novas mentalidades presentes no cenário rural, em decorrência da crescente mobilidade dos indivíduos, sobretudo dos jovens entre o campo e a cidade. Coloca-se, assim, o importante desafio de entender os novos anseios e os valores que orientam as decisões dos jovens que vivem no meio rural, não apenas na

atração que a cidade exerce sobre eles, como também em face da revalorização do meio rural por segmentos da população urbana.

Também é preciso pensar caminhos rumo à elaboração de políticas públicas direcionadas à *juventude*, especialmente à *juventude* rural. Pensar a legitimação da categoria *juventude*, visando possibilitar a participação em espaços de tomadas de decisões.

2.4 A juventude no MST

A contradição entre o modelo de produção capitalista representado pelo agronegócio e o modelo de produção defendido pelo MST que é a agricultura camponesa coloca em evidência, do ponto de vista político e ideológico, a disputa por firmar uma visão de mundo em que se estabeleçam as bases para a sustentação de cada proposta. Para o MST,

Há um embate vital de valores que fará diferença no desenlace das lutas do momento atual. Quanto mais as contradições fundamentais do modo de produção capitalista se acirram, correndo o risco de serem percebidas por mais gente, fica ainda mais forte a investida de legitimação do sistema no plano cultural e ideológico. O neoliberalismo produziu e usa como armas alguns pilares fundamentais de defesa do capitalismo: *individualismo, consumismo e cultura de ganância, presenteísmo, hedonismo insensato* (culto absoluto ao prazer, individual e imediato). Quem orienta sua vida por esses valores (para nós, antivalores) não se formará como lutador social e construtor de uma sociedade fundamentada em parâmetros socialistas de relações sociais humanas. (MST, 2014, p. 119).

Essa investida ideológica tem sua direção voltada para todas as gerações, mas, se percebe a *juventude* como alvo prioritário, por ser esta uma fase da vida de construção da identidade e de autoafirmação.

Pode-se perceber que o MST tem feito um esforço para ampliar o debate sobre as condições da juventude nos assentamentos e acampamentos. Observamos abaixo, as principais linhas políticas tiradas no Seminário Nacional do Plano Nacional de Juventude, realizado no ano de 2006, que indica:

1 – A partir da promoção e fortalecimento do desenvolvimento territorial rural e, considerando-se as diversas realidades do campo e da agricultura familiar (extrativistas, quilombolas, ribeirinhos e demais comunidades tradicionais), a necessidade de promover um novo modelo de desenvolvimento que seja sustentável do ponto de vista ambiental, social, econômico e cultural, garantindo a permanência dos jovens no campo e a sucessão hereditária da agricultura familiar; valorizando e apoiando as diversas formas de produção familiar, intensificando o processo de reforma agrária e regularização fundiária, incentivando pesquisas e auxílio técnico diretamente para o meio rural; combatendo, assim, a visão pejorativa sobre a cultura do campo, e construir políticas públicas para a juventude rural respeitando suas especificidades e diversidades;

2- Garantir o acesso à educação, formação e capacitação do jovem e da jovem rural por meio das seguintes ações do Poder Público: – erradicação do analfabetismo entre os jovens rurais com garantia de seu ingresso posterior nos demais níveis de ensino e revisão do atual modelo com preferência para o ensino formal e público [...];

3- Garantir o acesso a terra ao jovem e à jovem rural por meio da reforma agrária, cobrando dos entes federativos o cumprimento e ampliação das metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária. Possibilitando, por meio desse, que a juventude na faixa etária de 16 a 32 anos, seja incluída no cadastro do Incra independente do estado civil, e em especial as jovens rurais. (MST, 2006, s/p).

Como vemos, há um entendimento nos debates internos do MST sobre os grandes desafios existentes nesse campo, que devem ser assumidos pelo conjunto da organização, mas que envolvem a participação da juventude na construção desse processo de resistência e de proposições de superações. O acúmulo das lutas e experiências

desses 30 anos de existência do MST deve ser o ponto de partida para essa caminhada.

Se a juventude negar essa história estará negando a si mesma, como fruto das lutas e projeção de futuro. A reforma agrária popular será o que os jovens se dispuserem a fazer daqui para a frente e todos, de todas as gerações, estamos convocados a manter esta bandeira erguida no rumo do horizonte da sociedade socialista. (MST, 2014, p. 116).

É importante salientar que, recentemente, em fevereiro de 2014, foi realizado o VI Congresso Nacional do MST, que contou com a participação de 15 mil delegados e delegadas, oriundos de 23 estados da federação, incluindo o Distrito Federal. Para culminar na atividade específica do congresso, foi realizado um processo de debates e discussões nacionais, regionais e estaduais, que teve início em 2011, com o objetivo de construir as linhas mestras das políticas setoriais e o Programa Agrário do MST, assim como as propostas da reforma agrária popular. Todo esse processo foi uma construção coletiva e os jovens participaram ativamente dessa elaboração. (MST, 2014).

Para que essa inserção mais rigorosa da juventude aconteça, é necessário que o plano estratégico da organização seja debatido e que haja um sentimento de pertencimento a essas propostas. Para isso, o MST (2014, p. 117) acredita que não se deve

naturalizar a ideia de que a única alternativa de geração de renda para a juventude, sempre colocada como fator determinante de sua permanência no assentamento é a sua saída para o assalariamento precário. Os jovens precisam ser provocados a discutir a situação dos assentamentos [...].

Neste sentido percebemos que o tema da permanência/saída dos jovens continua sendo aprimorado quando analisamos as linhas de ação no debate realizado sobre os desafios da formação da juventude no MST, em 2013, no Seminário Nacional Juventude e Ensino Médio nos assentamentos de reforma agrária em que se aponta:

- 1) envolver a juventude em iniciativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae visando massificar a sua implementação nas áreas de reforma agrária e como forma de discutir geração de renda com base na produção agrícola agroecológica;
- 2) fomentar a organização de coletivo de juventude nos assentamentos, acampamentos [...] incluindo iniciativas de auto-organização dos estudantes das escolas e visando qualificar a participação dos jovens na organicidade do movimento;
- 3) potencializar a participação de jovens em atividades de formação de bases e cursos de formação política [...];
- 4) fortalecer práticas e processos pedagógicos de escolas dos assentamentos e acampamentos [...] (MST, 2014, p. 122).

Com isso, pode-se observar que o MST tem construído formas alternativas de produção agrícola que possibilitem o desenvolvimento de um modo de produção camponês, no sentido de buscar outra forma de relação social, que possa proporcionar a reinserção da juventude e a construção de uma sociedade melhor, conforme apontado por Dalmagro (2002, p. 74):

Sem Terra do MST não querem apenas reintegrar-se à sociedade que os excluiu e que em breve poderá excluí-los novamente, querem uma sociedade em que não existam excluídos, explorados, exploradores, fome, injustiça. Querem, além de terra e trabalho, vida digna, sociedade justa, pessoas livres. Organizam-se de forma a cultivar novos parâmetros/valores nas relações humanas. Ousam, mesmo inseridos na sociedade burguesa, viver sob os moldes diferentes desta, buscando alternativas que até permitam superá-la.

Ressaltamos a importância de se estabelecer políticas que ofereçam a estes jovens, possibilidades amplas de acessar as universidades, crédito rural específico, assistência técnica de qualidade e

programas de agroindústrias, visando garantir o mínimo de estrutura que possam motivar a permanência dos jovens no campo.

O fato é que não se pode deixar de considerar a influência que as políticas neoliberais, a mídia, a escola e a família exercem sobre essa decisão dos jovens de sair do assentamento em busca de outras opções de vida. Instrumentos tecnológicos, como o telefone celular, e a aparente promessa de diversões às quais eles não têm acesso no campo, funcionam como importantes atrativos para os jovens buscarem a cidade.

CAPÍTULO III

3 OS JOVENS QUE SAEM E OS JOVENS QUE FICAM NO ASSENTAMENTO E OS SEUS ANSEIOS

3.1 Metodologia utilizada para a pesquisa de campo

A pesquisa de campo foi realizada em dois momentos, num total de doze dias, em cujo período acompanhamos a rotina de trabalho, o cotidiano familiar e a participação social. Levantamos informações e documentos sobre a estrutura do assentamento, sua organização, normas, projetos, dificuldades e conquistas. Realizamos entrevistas com um total de oito pessoas: jovens e dirigentes do assentamento e jovens que saíram dele.

Nas entrevistas, procuramos contemplar as distintas visões sobre o processo migratório dos jovens, por isso ouvimos dois dirigentes do assentamento (José e Maria), na intenção de perceber como este fato é visto pela cooperativa e se ele realmente se configura como um fator de preocupação para esta cooperativa e para o assentamento.

Os jovens foram ouvidos no sentido de identificar e ter elementos para discutir os fatores que motivam a tomada de decisão, tanto de sair quanto de ficar. Com essa finalidade, foram entrevistados: 3 jovens que moram no assentamento (Alice, Laura e Lucas) e 3 jovens que saíram do assentamento (Artur, Joana e Bia). Os nomes atribuídos a cada entrevistado (a) são fictícios.

Foi realizada também uma entrevista coletiva com 18 jovens do assentamento. O objetivo principal foi fazer um teste de validação do questionário, mas a entrevista geral também foi utilizada para ampliar a percepção sobre o que os jovens pensam a respeito da saída do assentamento, bem como, mapear os elementos que fomentam a sua permanência. Os resultados também evidenciam que este foi um importante instrumento para definir quais poderiam ser os entrevistados, pois foi possível identificar quais jovens tinham o perfil que poderia contribuir de forma mais incisiva na pesquisa.

Para a escolha dos jovens que saíram do assentamento foi utilizada, como critério de escolha, a seleção daqueles que saíram e conseguiram ingressar na Universidade e de jovens que saíram apenas

com a intenção de arrumar um emprego formal. Este critério justifica-se pelo fato, de a pesquisadora já saber previamente, que um dos motivadores para a saída do assentamento é a busca pelo acesso a Universidade.

O critério utilizado para a escolha dos dirigentes foi mapear os que tinham uma participação no processo de luta desde o princípio do MST e a proximidade com a *juventude*. A equidade de gênero foi considerada em todas as etapas.

Nas entrevistas convidamos os entrevistados/as a discorrer sobre aspectos relacionados às suas histórias de vida, seus anseios, projeções para o futuro, dificuldades encontradas pelo caminho e a busca por possíveis alternativas para solucionar as dificuldades encontradas. As perguntas feitas aos entrevistados encontram-se, no final desta dissertação, organizadas como documentos anexos.

3.2 Um pouco da história: quem são os entrevistados?

José – dirigente

José é um dos dirigentes mais antigos do assentamento. É filho de agricultores sem terra e hoje tem 50 anos de idade. Com 21 anos e sem muita alternativa “*por que vivia uma época de desemprego, uma recessão muito grande e no meio rural, o êxodo cada vez mais forte, a política do governo não tinha incentivo nenhum*” viu no MST a possibilidade de conseguir o seu pedaço de terra. Como a sua família não tinha terra, as opções eram trabalhar de meeiro¹⁹ ou ir para a cidade trabalhar de empregado. Para ele o acampamento foi uma escola de formação. Sobre isso conta que, durante os 3 anos, que ficou acampado

¹⁹ Diz-se do agricultor que trabalha em terras que pertencem a outra pessoa. Em geral o meeiro ocupa-se de todo o trabalho, e reparte com o dono da terra o resultado da produção. O dono da terra fornece o terreno, a casa e, às vezes, um pequeno lote para o cultivo particular do agricultor e de sua família. Fornece, ainda, equipamento agrícola e animais para ajudar no trabalho. Adubos, inseticidas e adiantamentos em dinheiro podem ocasionalmente ser fornecidos pelo dono da terra. No Brasil, a agricultura de meação ainda é muito praticada, principalmente nas regiões mais atrasadas. Definição retirada do dicionário online de português. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/meeiro/>>. Acesso em: 1º mar. 2015, 22:09 h.

em Itaiópolis, pode estudar e compreender as contradições do mundo capitalista,

Foi um período extremamente importante pra nós poder também estudar um pouco e compreender um pouco dessa lógica, do por quê de muita gente sem terra ou com pouca terra, uns muito abastado, outros muito pobres, então conseguimos ter essa compreensão, e a gente conseguiu fazer uns estudos sobre o avanço do capitalismo no campo.

José conta, que foi por meio desses estudos que eles perceberam que precisavam organizar a produção de um “jeito diferente” para poder sobreviver no campo. Foi então, a partir dessas reflexões, que tomaram a iniciativa de organizar um grupo de acampados, para discutir e planejar como seria a organização da produção no futuro assentamento. Após muitas discussões e estudos, o grupo decidiu que, no tão sonhado assentamento, iria trabalhar de forma coletiva.

Conforme já descrevemos no primeiro capítulo, no início do ano de 1988 saiu a desapropriação da área para o assentamento das famílias. José conta, todo orgulhoso, que estava na equipe que foi fazer a vistoria na área.

Na verdade, eu sou um dos primeiros que veio pra cá, vim conhecer a área, vim pra cá e voltei para o acampamento para passar as informações, então posso dizer que fui o primeiro camarada que botei os pés aqui em cima dessa área!

Conta, ainda, que nesta época a maioria das famílias que participaram da ocupação era constituída por jovens solteiras e solteiros. Segundo ele, essa condição de não ter uma família constituída contribuiu para que pudessem se desafiar e assumir tarefas externas no Movimento,

a juventude daquela época tinha mais oportunidades de sair para os cursos, conseguir conhecer coisas novas e conseqüentemente fomos assumindo os espaços de direção, dirigente da

coordenação, as equipes de trabalho eram coordenadas pela juventude.

José sempre foi muito ativo na organização,

durante esse período de 1988 até agora eu passei por várias atividades na cooperativa, desde quando a gente só tinha uma atividade, que era a agricultura, eu fui o primeiro coordenador da comissão da roça. Nesse período eu também participava da coordenação do assentamento.

José não comentou durante a entrevista, mas o assentamento delegou a ele a tarefa de participar das eleições municipais. Assim, no ano de 1992, foi lançado candidato a vereador pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sendo eleito o primeiro vereador da legenda na história do município de Dionísio Cerqueira em que está situado o Assentamento *Conquista na Fronteira*. Para os assentados ter um vereador que os represente é de extrema importância.

Com o passar dos tempos essa juventude que, com grande entusiasmo, engajou-se na luta pela conquista da terra, foi casando e constituindo suas famílias. José casou-se logo no início do assentamento e hoje tem 4 filhos. Uma das filhas é a Alice que tem 23 anos de idade; é uma das jovens que continua morando no assentamento e que participou dessa pesquisa.

Alice – Professora

Alice nasceu e cresceu dentro das estruturas organizativas do assentamento e do MST. Contou que desde pequena ficava na creche do assentamento para que sua mãe pudesse trabalhar e alimentava o sonho de poder fazer o curso de magistério no Iterra²⁰. Por ter pouca idade não

²⁰ O Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra) é o mantenedor do Instituto Josué de Castro (IEJC) que é uma escola de ensino médio e profissionalizante que tem como [...] objetivos de educação geral, escolarização e formação de militantes e técnicos para atuação no MST. Seu funcionamento está organizado em torno de cursos formais de nível médio, de educação profissional e de formação de professores, criados a partir de demandas apresentadas pelos diversos setores do MST. (ITERRA, 2001, p. 5).

pode ingressar no curso, pois no Instituto a idade mínima de admissão é 16 anos. Então ela continuou os estudos na Escola Normal, se formou no ensino médio e ficou aguardando uma vaga para fazer uma faculdade na área que ela sempre gostou – a Pedagogia. Depois de um ano, ela foi indicada para o Curso de Pedagogia da Terra, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)²¹. Para ela, esta oportunidade significou a possibilidade de poder voltar para o assentamento e contribuir na

A escola está localizada na cidade de Veranópolis, no estado do Rio Grande do Sul.

²¹ O curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação para as séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio se organiza por áreas do conhecimento, tendo a turma em andamento a formação em duas ênfases: Ciências Agrárias e Ciências da Natureza e Matemática. O curso se realiza por conta de um convênio com o FNDE/MEC e faz parte do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) da Secadi/MEC, que apoia a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país. A turma composta por 60 camponeses vinculados aos movimentos sociais do campo oriundos de seis estados nacionais (TO, MS, ES, PR, SC e RS) realiza sua formação por meio do regime de alternância – organização do tempo numa lógica que possibilita a presença dos camponeses na universidade sem o abandono do campo para a viabilização dos estudos em nível superior: o Tempo Escola – momento das aulas e práticas educativas na universidade e o Tempo Comunidade – momento de pesquisa, intervenções e estudos sobre e na sua realidade. Ressalta-se a característica da gestão participativa e a subdivisão dos acadêmicos em equipes de trabalho, organizados por tempos e espaços educativos: o tempo formação, o tempo aula, o tempo leitura/estudo, o tempo seminário, o tempo organização, o tempo trabalho e o tempo reflexão/escrita.

Assim como o formato do curso por áreas do conhecimento, como o regime de alternância são expressões da histórica luta dos movimentos sociais pela permanência da vida no campo e da ampliação de suas condições de vida e trabalho. Na medida em que perseguem a possibilidade de se manterem no campo – rejeitando o êxodo rural – compreendem a necessidade de garantir o direito legítimo de escolaridade em todos os níveis. O curso de configura também como uma resposta à necessidade gritante de professores no campo, sobretudo com formação que considere as suas especificidades e que garanta o acesso aos saberes sistematizados pela humanidade. (Apresentação do curso conforme consta na página da Unioeste. Disponível em: <http://www.cascavel.unioeste.br/index.php?option=com_content&view=article&id=599&Itemid=1181>. Acesso em: 2 mar. 2015, 11:18 h).

construção do projeto coletivo iniciado por seus pais. Hoje, Alice é educadora na *Escola Construindo o Caminho* e ainda contribui em outras atividades da Cooperativa.

Dois dias por semana eu fico na ciranda (infantil) acompanho os pequeninhos na quarta e na quinta, e na terça, quarta e quinta de manhã que eu não tenho aula eu vou para a Alimentação ou para outros setores da cooperativa.

Alice segue estudando. Faz o curso de Especialização em Arte no Campo, na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), que tem como objetivo formar profissionais capacitados para ampliar a inserção da arte na vida dos assentamentos rurais da reforma agrária.

Maria – Dirigente

Famílias grandes e um pequeno pedaço de terra para sustentar muitos filhos é a história de muitos agricultores do Sul do Brasil. Essa também é a história da família da Maria, uma jovem de 29 anos que mora no assentamento há 26 anos e hoje é membro da direção da cooperativa. Seus pais moravam com seus avós e, quando ela tinha apenas 3 meses de idade, tomaram a decisão de ir para a ocupação de terra. Em maio de 1985, participou da primeira ocupação de terra realizada pelo MST no município de Abelardo Luz. Como ela era muito pequena, seu pai foi sozinho e só um ano mais tarde, ela e sua mãe se incorporaram no acampamento, onde permaneceram acampadas por 2 anos até serem todos assentados.

Maria tem dois irmãos mais novos do que ela. Dos três irmãos ela foi a única que conseguiu concluir a universidade, por meio de uma parceria do MST com o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e se formou no ano de 2011, como Tecnóloga em Gestão de Cooperativas. Ela hoje está casada e é mãe de um bebê. Todos esses fatores foram determinantes para ela deixar de fazer parte do Grupo de Jovens, ainda que, nas regras de participação no grupo, o fato de casar e/ou ter filhos não significa que a pessoa precise se desligar desse coletivo. Esta é uma opção pessoal de cada um/a²². Ainda assim, na direção da Cooperunião,

²² Observamos que todos os jovens que casaram se afastaram do Grupo de Jovens.

uma de suas tarefas é fazer o acompanhamento à juventude do assentamento.

Maria, como mencionado anteriormente, tem mais 2 irmãos, um de 22 e outro de 25 anos que não moram mais no assentamento. A saída do irmão mais novo, segundo ela, foi motivada pela vontade de ingressar em uma faculdade, o que até chegou a acontecer. Fez o vestibular e ingressou no curso de Agronomia em uma universidade privada existente na região, mas, em menos de um ano desistiu dos estudos. Em conversas informais com ele, relatou que, infelizmente, não foi possível concretizar o sonho de estudar, pois não é fácil conseguir bancar uma faculdade paga e mencionou sobre a sua vocação. Afirma não ter nascido para ser funcionário de uma empresa e, por isso, ele se engajou na luta dos pequenos agricultores e hoje faz sua militância no Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Dionísio Cerqueira. O irmão mais velho, Artur, também foi convidado para participar desta pesquisa.

Artur – Um jovem que saiu.

Artur, que tem hoje 25 anos e como mencionado anteriormente é irmão da Maria, mora em uma cidade vizinha do assentamento. Saiu pela primeira vez com 17 anos para fazer um curso de Técnico em Agropecuária, no Centro Estadual de Educação Profissional do Sudoeste do Paraná, localizado na cidade de Francisco Beltrão. No ano de 2008, ao concluir o curso voltou a morar no assentamento, inserindo-se na equipe do gado de leite, em que contribuiu por mais um ano e meio. Durante este período que esteve contribuindo nesta tarefa, disse que não se sentia valorizado,

quando eu comecei a querer colocar em prática o que eu tinha aprendido eles não deixavam, começavam cortar, não é assim! Se a gente foi estudar a gente sabe, né. E ali começou me desanimar.

No final de 2009, ele volta a sair do assentamento para trabalhar de empregado e hoje conta que é sócio de uma empresa agroveterinária.

Luana – Uma das primeiras jovens a sair.

A família de Luana tem o mesmo histórico dos demais camponeses que participaram das ocupações de terra em 1985. A falta de um pedaço de terra para trabalhar e criar os filhos fez com que se juntassem às milhares de famílias sem terra e rumassem para a ocupação em Abelardo Luz. Luana, não acompanhou os pais no primeiro momento da ocupação.

Quando meus pais foram para as ocupação eu já tinha 5 anos de idade, na época (25 de maio de 1985) não fui junto na ocupação fiquei na casa da minha madrinha, foram apenas meus irmão junto com o pai e a mãe; sempre que algum conhecido ia visitar o acampamento me levavam para ver minha família e brincar com meus irmão.

Luana, que hoje tem 35 anos de idade, conta que morou no Assentamento *Conquista na Fronteira* por 10 anos,

eu gostava de morar no assentamento, minha infância eu lembro de ter brincado muito e aproveitado. Aos 12 anos entrei na produção como todos os adolescentes da minha idade. Estudei da 1ª série até a 4ª série na escola Construindo o Caminho e 5ª a 8ª série em uma escola em uma comunidade do município de Dionísio Cerqueira e o segundo grau estudei em um colégio que se localizava na cidade, no terceiro ano do segundo grau foi que eu saí da produção do coletivo para terminar o 2ª grau.

Luana tem mais dois irmãos, que também saíram do assentamento; o mais velho para estudar e o mais novo para ingressar no mercado de trabalho. A dificuldade de deslocamento para estudar fez com que Luana deixasse a casa dos pais para ir morar na cidade e ela conta que não foi uma escolha, mas uma necessidade.

A primeira necessidade de sair da casa dos pais, foi para terminar os estudos, foi meu primeiro contato com o mercado de trabalho. Bem, posso afirmar que sair da casa dos pais para trabalhar e estudar foi uma necessidade.

Como todo jovem que sai da casa dos pais e vai morar na cidade, a insegurança e o medo são sentimentos que acompanham essa decisão.

Como meu objetivo de sair de casa foi para estudar, assim fui construindo meios para alcançar meu objetivo. Não foi fácil passei por dificuldade nessa trajetória, mas posso dizer que consegui atingir minha meta de me qualificar para o mercado de trabalho.

Hoje, Luana mora na cidade de Chapecó/SC, conseguiu ingressar na faculdade e é formada em Ciências Contábeis. Tem um emprego na sua área de formação e faz sua militância na Pastoral da Juventude Rural (PJR).

Joana – Uma jovem que saiu.

A família de Joana é do grupo das 35 famílias que vieram dos acampamentos do MST. Tinha 6 meses de idade quando seus pais chegaram para morar no assentamento; cresceu estudou, começou a trabalhar na produção com 12 anos de idade, como todas as outras crianças do assentamento. Com 20 anos de idade saiu da cooperativa para estudar

Fiz o ensino fundamental na escola Construindo o Caminho no assentamento, o ensino médio na Idamar e o segundo grau no Colégio Theodoro na cidade de Dionísio. Aí fiquei 3 anos sem estudar esperando uma oportunidade do próprio movimento, mas não apareceu na minha área!

O pai da Joana trabalhava no setor de contabilidade da cooperativa; ela conta que tinha uma afinidade com a profissão do pai e queria cursar uma faculdade de Ciências Contábeis. Como não surgiu uma oportunidade para fazer este curso por meio das parcerias do MST, no ano de 2009, ela resolveu sair do assentamento para estudar.

Com esta decisão, ela foi morar em Xanxerê, onde prestou vestibular para Ciências Contábeis na Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) e no ano de 2013 se formou contadora. Conseguiu arrumar um emprego na área de contabilidade na própria Universidade

em que fez o curso e onde está trabalhando há 4 anos. Hoje ela faz uma pós-graduação *lato sensu*.

Joana se casou com um dos jovens que também saiu do assentamento e conta que conseguiram financiar uma casa, onde moram atualmente. Fazem planos de ter filhos, e querem comprar um sítio em que o seu companheiro possa trabalhar. Segundo ela, ele gosta do trabalho no campo.

Lucas – Um jovem que mora no Assentamento.

O pai e a mãe entraram nessa luta pela necessidade de melhorar a sua vida, antes disso eles moravam e trabalhavam de arrendatário, então, eles trabalhavam de pião para conseguir o pão de cada dia e com a ajuda dos pais e das famílias, né.

Lucas tem 20 anos de idade e há 11 anos mora no assentamento. Ele e sua família ingressaram no Movimento no ano 1995, nas ocupações que ocorreram na região do litoral de Santa Catarina, passaram por dois anos de acampamento e, em seguida, foram assentados no município de Araquari, um assentamento com 10 famílias que ali permaneceram por 6 anos, desenvolvendo o trabalho coletivo, e toda a produção era agroecológica. Segundo Lucas, a decisão de mudar para o Assentamento *Conquista na Fronteira* foi motivada pelo anseio de construir um futuro melhor “*A gente veio pra cá com o objetivo de melhorar a nossa vida né*”.

Numa família de 4 irmãos apenas ele e o irmão vivem com os pais no assentamento, as duas irmãs saíram para seguir carreira no futebol profissional. Uma delas foi convocada para a seleção brasileira de futebol feminino na categoria sub-17.

Lucas conta que, com esforço e um pouco de sorte, conseguiu passar no vestibular e hoje está fazendo o curso de Agronomia pelo MST. Este curso é uma parceria do Instituto Educar²³ com a

²³ O Instituto Educar, que está localizado no Assentamento Nossa Senhora Aparecida no Município de Pontão, Rio Grande do Sul, foi fundado em janeiro de 2005 tendo como objetivos:

Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), com o apoio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – articulado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Pronea/Incra), em que 60 jovens filhos e filhas de assentados da reforma agrária terão a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos e contribuir no desenvolvimento dos assentamentos. O curso acontece na modalidade da pedagogia da alternância²⁴ que na opinião do Lucas é um pouco difícil por conta do tempo que tem que ficar longe da família e dos

-
- promover a ação de capacitação de agricultores e jovens assentados e acampados nas áreas de reforma agrária e de pequenos agricultores, nas mais diversas áreas do conhecimento técnico científico;
 - propiciar o acesso a escolarização em todos os níveis, elevando o grau de escolarização dos povos do campo;
 - estimular desenvolvimento rural e a melhoria de vida do homem e da mulher do campo, da infância a velhice e de suas comunidades;
 - atuar na defesa, prevenção e conservação dos meios do meio ambiente, incentivar a agroecologia e promover a visão sistêmica da produção e o desenvolvimento sustentável;
 - apoiar iniciativas relacionadas com a promoção da reforma agrária, de um projeto popular de desenvolvimento do campo de um modelo de agricultura que garanta a soberania alimentar e a vida do povo no e do campo;
 - formar agricultores, com especialização técnica em agroecologia, que contribuam para a organização de base dos trabalhadores e a ampliação de um novo modelo de agricultura de desenvolvimento para o campo brasileiro, em vista da manutenção do homem e mulher do campo e sua qualidade de vida. O Educar também tem uma estratégia pedagógica de trabalhar na construção e formação de sujeitos militantes com capacidade de analisar a realidade social, política, cultural e econômica, discernindo os referenciais tecnológicos alternativos e apropriados para o desenvolvimento do campo sem a dependência do agronegócio. (Disponível em: <<http://www.educarpontao.com>>. Acesso em: 4 mar. 2015, 11:20 h).

²⁴ A Pedagogia da Alternância é definida por Lerrer (2012, p. 468) como “método educativo baseado na alternância de tempos de estudo e tempos na comunidade e tem por origem a Pedagogia da Alternância, criada na França em uma experiência que deu origem às *Maisons Familiales Rurales*, movimento associado à Igreja Católica que se difundiu pelo mundo e que no Brasil é conhecido como Casas Familiares Rurais”. Ribeiro (2010, p. 293). Retoma as origens históricas da pedagogia da alternância: “é uma alternativa metodológica de formação profissional agrícola de nível técnico, para jovens, inicialmente do sexo masculino, filhos de agricultores franceses. Esses haviam perdido o interesse pela escola porque o ensino que lhes era oferecido não estabelecia nenhuma forma de articulação com o modo de vida e de trabalho dos camponeses”. Consultar, também, Ribeiro (2008, p. 29).

amigos, mas vê como ponto positivo poder colocar em prática o seu aprendizado ainda enquanto está cursando:

fizemos a primeira etapa de abril até julho, 80 dias, e a gente vai cursar assim 5 anos, espera cursar né, se esforçar dentro do máximo para seguir em frente. Esse curso de agronomia não é um curso convencional, é um curso com ênfase em agroecologia. Era o que eu buscava mesmo para poder estar contribuindo também no movimento. Porque a gente vê a falta de profissionais nessa área, depois de formado e mesmo durante o curso a gente pode ir trazendo para dentro do assentamento e ir pondo em prática isso.

Por meio desta fala, podemos perceber que, de fato, o curso tem proporcionado aos estudantes a construção de uma visão crítica e fomentado a importância do trabalho que eles precisam desenvolver em suas comunidades:

a gente vê lá onde a gente estuda, o colégio é cercado por produtores que usam agrotóxicos e é dentro do assentamento! E aqui dentro do nosso assentamento, a gente é contra (os agrotóxicos) é ao mesmo tempo a gente usa para manter a produção, então a gente estuda para poder ajudar a mudar essa realidade.

No assentamento, Lucas desenvolveu suas atividades no setor da lavoura e recentemente mudou de setor e passou a contribuir no gado de leite. Segundo ele, este é o setor que a cooperativa já está trabalhando na perspectiva da agroecologia. Assim, ele pensa poder contribuir de maneira mais qualificada. Lucas também contribui na coordenação do Grupo de Jovens.

Laura – Uma jovem que mora no Assentamento.

A família da Laura é do grupo das 25 famílias que vieram do município, de pequenos agricultores que se incluíram no coletivo no processo de unificação, que se deu por meio da fundação da

Cooperunião, conforme mencionamos no primeiro capítulo. Laura, hoje com 25 anos, e sua irmã de 8 anos, nasceram no assentamento e continuam morando com seus pais. Conta que concluiu o ensino médio em 2006 e que durante 4 anos ficou sem estudar, só contribuindo nas atividades da cooperativa. Em 2011 passou no vestibular na Faculdade da Fronteira (FAF), na cidade de Barracão, no Paraná, onde, por meio de uma negociação feita pelo setor de educação do assentamento, conseguiu uma bolsa de estudos para os jovens desse assentamento.

Durante os 4 anos de faculdade, Laura trabalhava durante o dia no escritório da cooperativa, contribuindo na área de administração e prestação de contas e à noite ia para a faculdade. Perguntamos se não era muito penoso trabalhar o dia todo e à noite ainda ter que pegar um ônibus e se deslocar 50 quilômetros para frequentar a universidade. Ela nos conta, com orgulho, que foi a primeira pessoa da sua família que conseguiu fazer um curso superior. *“Esse fato de ter estudado é um orgulho para a família. Na verdade, estudar é uma oportunidade, né, que a gente agarra com as duas mãos”*.

No final de 2014, ela se formou no curso de Ciências Contábeis e hoje continua contribuindo no escritório da cooperativa na área de contabilidade.

3.3 Por que os jovens saem?

3.3.1 A busca pela formação universitária

No assentamento pude vivenciar e perceber que o estudo é tratado como um assunto muito sério. Um dos primeiros setores organizados foi o de educação e a tarefa desse setor foi organizar e construir uma escola que estivesse voltada para a formação dos filhos/as dos assentados. Nas discussões da época, da qual trago algumas lembranças, essa escola tinha que ser diferente das escolas tradicionais, pois tinha de ser uma escola que ensinasse a partir dos princípios do MST e que estivesse alinhada com os objetivos do coletivo.

Enquanto faziam as negociações burocráticas junto aos órgãos competentes para a construção da escola no assentamento, foi improvisada uma sala de aula em um dos galpões da fazenda e nós, as crianças, recebíamos aulas ali. Foi, então, a partir de um processo coletivo de construção que a escola foi sendo “desenhada”. A metodologia freireana desde o princípio esteve presente em função de que Paulo Freire, idealizador dessa metodologia, trabalhava numa perspectiva de tema gerador, por meio da construção de um diálogo

problematizador, em que os conhecimentos são construídos nas práticas educativas, retirados da realidade concreta.

Os assentados entenderam que, com essa metodologia, as crianças poderiam se inserir na vida cotidiana do assentamento. Como a definição dos temas geradores demandava a participação ativa dos educandos e de toda a comunidade, foi tomada a decisão de criar uma *Escola Cooperativa*, que teria a mesma estrutura organizativa da cooperativa do Assentamento *Conquista na Fronteira*, a Cooperunião. O objetivo era fazer com que as crianças, desde cedo, vivenciassem experiências de organização coletiva²⁵.

Na fala desta entrevistada, podemos perceber que a escola e o assentamento conseguiram atingir, pelo menos em alguns aspectos, os seus objetivos, quando ela externa se sentir mais segura e preparada em relação aos seus colegas de faculdade e de trabalho.

[...] eu vejo que a gente aprende muito aqui na Cooperunião, no assentamento [...] e na escola, toda essa vivência que a gente tem da cooperativa, ela nos diferencia fora daqui, desde a questão de você se comunicar, não ter tanta vergonha [...] já colegas da gente quando se deparam com a sociedade, se depara com muitas barreiras que a gente já quebrou desde pequenininho. Isso é uma coisa que se adquire desde criança aqui né. A questão do trabalho em equipe também, a gente teve que dividir na creche, desenvolver na escola que já era uma cooperativa, tinha que dividir funções, depois no trabalho quando me inseri na produção [...] eles estão tendo que enfrentar agora o que a gente já aprendeu desde criança. (Joana, entrevista realizada no dia 15 set. 2014).

Porém, a *Escola Construindo o Caminho* atende apenas as séries iniciais (1ª a 4ª série). Ao concluir a 4ª série, as crianças precisam sair do assentamento para se inserirem nas escolas tradicionais do município e enfrentar uma educação totalmente diferente. Como já mencionamos, as escolas tradicionais têm como objetivo “preparar” para o mercado de trabalho. São escolas que não valorizam o lugar de onde as crianças vêm

²⁵ Sobre a participação ativa dos educandos no processo de construção da aprendizagem, consultar o Capítulo III, da obra de Freire (1981, p. 89-142).

e fortalecem a construção de uma visão de que a cidade é o lugar das oportunidades e do desenvolvimento. Conforme podemos observar na fala desse entrevistado,

[...] bom. me formei e tinha várias propostas (de emprego) em Mato Grosso, como tem, né, em todo colégio. Os caras vêm fazer proposta, salário bom, é dinheiro que nunca o cara vai ganhar na vida que os caras oferecem, mas eu não queria sair de perto dos meus pais e de meus amigos. (Artur, entrevista realizada no dia 16 set. 2014).

Essa realidade não é novidade, pois, historicamente, a educação rural em nosso país foi pensada e induzida a “formar” pessoas para atuar de maneira eficaz e barata nos processos de industrialização, como descreve Ribeiro (2010, p. 166):

Nessa perspectiva, a educação assume uma função ‘retificadora’, visando preparar as populações rurais a adaptarem-se ao processo de subordinação ao modo de produção capitalista, que assume contornos mais definidos, combinando a expulsão da terra com a formação de mão de obra para as indústrias nascentes.

Quando os jovens do assentamento concluem o ensino médio, as alternativas de acesso à universidade já eram e continuam sendo extremamente difíceis. E este foi um dos fatores que chamou a atenção: o desejo de cursar uma faculdade foi manifestado por todos os entrevistados e foi apontado como um dos principais motivos que os levou a deixar o assentamento e ir para a cidade em busca da concretização desse objetivo.

Neste sentido, julgamos importante frisar que, tanto o assentamento, em nível local, como o MST, em nível nacional, tem se organizado e lutado para dar respostas a esta demanda, que faz parte do sonho de todos os jovens assentados do Movimento. Foi por meio destas

lutas que no ano de 1998 o Governo Federal criou o Pronera²⁶. Segundo Lerrer (2012, p. 453):

Esse programa tem por característica a gestão participativa de seus recursos, assim como o fomento à descentralização da atuação de instituições públicas educacionais. Além de facilitar o acesso à alfabetização e à escolarização de jovens e adultos do meio rural, ele atua na formação de educadores para escolas de acampamentos e assentamentos e na formação técnico-profissional de nível médio e superior.

Ainda que de maneira tímida, esse Programa vem conseguindo oportunizar o acesso à educação a muitos jovens do campo, conforme podemos observar no quadro a seguir, que apresenta a situação dos beneficiários do Pronera.

Quadro 3 - Beneficiários do Pronera

Modalidade	1998 a 2002	2003 a 2010
Educação de jovens e adultos	99.531	299.277
Médio e Superior	1.874	45.891
Total de Alunos	101.405	345.629
Instituições Parceiras	45	65

Fonte: Incra²⁷.

Segundo dados levantados por Lerrer, desses 450 mil jovens e adultos beneficiados pelo Pronera, entre os anos de 1998 e 2010, 2.951 alunos integrantes ou vinculados a movimentos sociais do campo obtiveram certificados de cursos de graduação e especialização, oferecidos predominantemente por universidades federais. Alguns jovens do assentamento conseguiram ingressar na universidade por meio desses cursos do Pronera, mas as vagas disponíveis, conforme podemos observar nos dados referidos, eram poucas e o assentamento tem como

²⁶ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, Pronera, em 16 abr. 1998, pela portaria n. 10/98, do Ministério Extraordinário da Política Fundiária, atual Ministério do Desenvolvimento Agrário.

²⁷ Dados obtidos em Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro: UFRRJ, v. 20, n. 2, 2012, p. 451-484. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/download/9/9>>.

política priorizar a indicação de estudantes para os cursos, geralmente, nas áreas em que há maior necessidade de profissionais qualificados.

Para além desta alternativa, o assentamento também se dedicou em buscar uma solução para que os jovens assentados conseguissem, ao terminar o ensino médio, ingressar na universidade e conseguiu, no ano de 2010, por meio de uma parceria com as irmãs da Congregação Divina Providência, um desconto de 50% do valor das mensalidades dos alunos que conseguissem ingressar na Faculdade da Fronteira (FAF), localizada na cidade de Barracão, no estado do Paraná. Por meio desta parceria, no ano de 2011, 20 jovens prestaram o vestibular. Destes, foram aprovados 8 jovens, mas apenas 4 ingressaram na universidade e se formaram, mas, curiosamente, 2 saíram do assentamento após concluírem o curso.

Conforme mencionamos anteriormente, o desejo de cursar uma faculdade foi fortemente manifestado e apontado pela maioria, como um dos principais motivos que os levou a deixar o assentamento e ir para a cidade em busca da concretização desse objetivo.

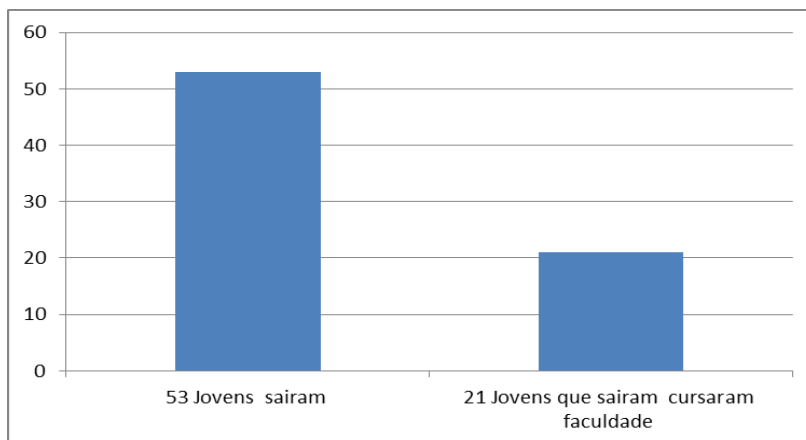
[...] saí da cooperativa com 20 anos pra estudar. Fiz o ensino fundamental na escola Construindo o Caminho no assentamento, o ensino médio na Idamar e o segundo grau na cidade de Dionísio. Aí fiquei 3 anos sem estudar esperando uma oportunidade do próprio movimento, mas não apareceu na minha área, até por que não era uma prioridade da cooperativa que tinha como prioridade agronomia e outras áreas... e aí eu fui pra Xanxerê pra estudar. (Joana, entrevista realizada no dia 15 set. 2014).

A primeira necessidade de sair da casa dos pais foi para terminar os estudos [...]. Bem, posso afirmar que sair da casa dos pais para trabalhar e estudar foi uma necessidade, nesse período de insegurança e medo do novo fui superado aos poucos. (Luana, entrevista realizada no dia 4 mar. 15).

Entretanto essa busca pelo acesso à universidade, em função da opção de sair do assentamento, nem sempre é garantia de que ela será concretizada. Por meio de conversas informais, e de um levantamento feito em conjunto com algumas pessoas do assentamento, podemos

constatar que, de todos os jovens que saíram desse assentamento, apenas uma minoria conseguiu ingressar em uma faculdade, conforme se pode verificar no gráfico a seguir. E um dos principais motivos alegados por eles nessas conversas foi de que é impossível, com o salário que recebem, bancar os custos de vida e pagar uma faculdade.

Tabela 6 - Comparativo entre jovens que saíram e os que conseguiram ingressar na Universidade



Fonte: Dados da Cooperunião.

3.3.2 Os meios de comunicação e o consumismo

Outro fator que não se pode deixar de considerar é a influência que as políticas neoliberais e a mídia exercem sobre essa decisão dos jovens de saírem do assentamento. Instrumentos tecnológicos, como o telefone celular e a aparente promessa de diversões, às quais não têm acesso no campo, além da ilusão de que a cidade é o lugar das “facilidades”, em que tudo se pode. Estas ideias, que acabam por tornar-se senso comum, funcionam como importantes atrativos para os jovens buscarem a cidade.

Essa questão é perceptível na fala de um dos jovens, ao ser perguntado sobre como era sua vida no assentamento e como é agora que mora na cidade. Ele descreve que no assentamento tinha uma vida tranquila de trabalho, lazer, festas, mas depois que foi para a cidade percebeu que ele poderia ter muito mais acesso a festas, do que quando

morava no assentamento. E, na opinião dele, não tem como voltar para a vida que tinha antes no assentamento.

Na verdade, vendo daquela época era muito bom, era 10! Trabalhava 8 horas, todo mundo trabalhava a mesma quantia de horas, lazer era futebol, um bailinho de vez em quando para uma festinha. Tudo o que nós queria era sair de vez em quando. A gente quase nunca saía. Sair um dia pra cidade podia ficar o mês em casa. Hoje já é diferente, hoje eu conheço, hoje eu não voltaria para aquela vida de lazer, trabalho que eu tinha. (Artur, entrevista realizada no dia 16 set. 2014).

No mundo globalizado de hoje a televisão se tornou o mecanismo de interlocução principal. Por meio das suas publicidades, vende-se a eterna juventude, causando um descompasso entre a realidade vivida pelos indivíduos e os desejos vendidos por ela, que nada tem a ver com o sujeito, mas, mesmo assim, passa a sua vida desejando uma “ilusão”. Dessa maneira se instaura a sociedade do consumismo, que Costa (apud NOVAES, 2004, p. 77) bem define:

Consumismo, portanto, é o modo que o imaginário econômico encontrou de se legitimar culturalmente, apresentando as mercadorias como objetos de necessidades supostamente universais e pré-culturais, e ocultando, por esse meio, as desigualdades econômico-sociais entre os potenciais compradores.

No assentamento, percebemos que a busca pelas roupas de marca, pelo celular de última geração, enfim, o desejo de consumir é um fator que está bastante presente. Por meio da fala de Artur, percebemos que esta interação entre o campo e a cidade faz com que os jovens do assentamento se sintam na obrigação de demonstrar que têm o mesmo poder aquisitivo que alguns de seus amigos/conhecidos da cidade e entram nesta busca incessante de demonstrar autonomia e independência.

[...] sabe, né, que hoje o consumismo vai tomando conta da pessoa. Se hoje tem isso, amanhã tu quer ter aquilo. Nunca está satisfeito, quanto mais tem

mais quer. [...] Dinheiro vale tudo... lá fora tu vale o que tu tem no bolso... hoje na sociedade brasileira é assim. (Artur, entrevista realizada em 17 set. 2014).

Para Maria, que é dirigente do assentamento, o consumismo é um dos principais fatores que motivam os jovens a deixarem de ser assentados. Os meios de comunicação contribuem, de forma extremamente incisiva nessa realidade e, com isso, acabam por se tornar um concorrente no processo de formação adotado pelo MST.

Hoje, eu acho que o que mais está levando eles a sair é a questão do consumo, a vontade de pegar um monte de dinheiro na mão, mesmo que você não faça as contas que no final vai sobrar menos do que aqui. [...] Hoje eles estão pautados pelo mundo do consumo. [...] Você não é o que você é, mas sim o que você tem, o carro, a calça de marca, o tênis, o celular de última geração... Então, isso está muito presente aqui dentro... Mesmo com os cursos e formação que a gente faz, é difícil de quebrar isso, porque a escola trabalha isso, a televisão trabalha isso, então a concorrência é forte no sentido de você quebrar isso. (Maria, entrevista realizada em 12 set. 2014).

Neste sentido, percebemos que existe uma crítica dos mais velhos e, em especial, da direção do assentamento em relação à *juventude*. Na avaliação destas lideranças, os jovens estão extremamente preocupados em consumir: comprar celular de última geração, roupas de marca, participar de muitas festas e não estão preocupados em investir na sua formação. Neste caso, estão se referindo ao acesso à universidade, em que os jovens atribuem esta responsabilidade de bancar os seus estudos ao MST e ao assentamento. Na opinião da Maria, nem sempre o coletivo vai dar conta de atender a esta demanda,

Poucas pessoas pensam no sentido de guardar um recurso para investir na questão do estudo. Porque mesmo que você trabalha aqui, nós temos necessidades de ter pessoas qualificadas em várias áreas, mas ficam esperando pela cooperativa, pelo movimento, mas nem sempre vai

ter espaço para todo mundo. (Maria, entrevista realizada em 12 set. 2014).

Porém, por meio das observações feitas, não percebemos que no cotidiano do assentamento, esse seja um elemento discutido com a juventude e ficamos com a impressão de que existe um tabu sobre este tema que não é discutido abertamente nem com os jovens e nem no coletivo. Aqui, fica evidente o conflito de gerações; os mais velhos querem que os jovens tenham consciência das dificuldades que passaram e das lutas que travaram para conquistar a terra e a vida que desfrutam hoje. Então ficam, os jovens de um lado, achando que são reprimidos pelos mais velhos, e os mais velhos achando que não são valorizados pelos jovens.

3.3.3 A busca pela liberdade/emancipação

Diferentemente das propriedades individuais, em que os problemas do trabalho, da comercialização e da renda são responsabilidade da família, no assentamento, por se tratar de um coletivo, com uma estrutura organizativa diferente da pequena propriedade, esses problemas passam a ser do coletivo. Se as pessoas não estiverem cientes de que elas são parte desse coletivo e, portanto, responsáveis por aquele processo, é natural que se estabeleça uma relação de cobrança e de acomodação.

Neste sentido, conseguimos observar que os jovens que saíram consideravam o assentamento um lugar agradável para se viver, mas por estarem descontentes com alguns aspectos optaram por buscar soluções individuais saindo em busca de alternativas. Ao serem indagados sobre como era a sua vida enquanto moravam no assentamento, todos disseram que era muito boa, que sempre tinha diversão, que, por meio do grupo de jovens, conseguiam fazer atividades externas ao assentamento e que todo mundo era muito unido. Porém, consideram que a remuneração do trabalho na cooperativa é muito baixa para atender suas necessidades. Portanto, esse é um fator desmotivador para permanecer no assentamento.

Outro elemento apontado foi relacionado às férias. No assentamento, cada cooperado tem direito a 15 dias de férias por ano, conforme dito anteriormente, sendo que, dependendo da intensidade dos trabalhos na cooperativa, são divididas, geralmente em duas etapas. Na opinião da Joana, além do problema financeiro, o pouco tempo de férias

são elementos que contribuíram para que ela avaliasse que a vida na cidade é melhor:

[...] às vezes faltava algum recurso, então também tinha essa questão de não poder ir sempre. [...] Eu vejo que as férias é pouco tempo [...] aqui às vezes era 10 dias [...] eu vejo que poderia ser um pouco diferente, as pessoas poderiam ter um tempo maior para planejar alguma coisa, ficar um pouco distante para quando voltar, voltar com a cabeça mais aliviada, por que a convivência também cansa, por isso você precisa dar um tempo por que se não estoura. (Joana, entrevista realizada em 15 set. 2014).

Quando indagados se agora que moram na cidade e têm um salário, sua vida melhorou, dizem que sim, que é melhor pelo fato de agora terem um salário fixo mensal, assim conseguem se planejar e realizar seus sonhos individuais, enquanto no coletivo, isso às vezes não era possível de concretizar. Reconhecem que nem tudo é uma maravilha na cidade, mas dizem que estão felizes com a vida que construíram.

[...] em termos financeiros estou bem melhor. Tenho o meu próprio negócio. Claro que a gente passa dificuldade também. [...] No começo eu saí trabalhando de empregado, não saí assim, né, então a gente vai aprendendo com o tempo. (Artur, entrevista realizada em 17 set. 2014).

[...] porque querendo ou não todo jovem quer ter o seu carro, a sua casinha, ter um dinheirinho pra sair, pra construir uma família [...], hoje não sei como está financeiramente, não sei quanto o jovem recebe, na nossa época era pouco. Porque a gente tem contato com outros jovens e dá aquela vontade de ter um computador, ter um celular bom. E as coisas que os jovens têm, e que, às vezes, a gente acabava não tendo ou tendo que esperar muito tempo. (Joana, entrevista realizada em 15 set. 2014).

Outro aspecto abordado por eles foi o da privacidade. No assentamento são 50 famílias que trabalham coletivamente, que resolvem os problemas coletivamente, que comemoram as conquistas coletivamente, que têm suas moradias organizadas por agrovilas, ou seja, tem uma vida social extremamente intensa, e isso faz com que todos estejam inteirados de tudo o que se passa naquele espaço.

Por mais que o assentamento, desde o princípio, tenha se preocupado com esses aspectos da privacidade e delimitado um espaço mínimo de proximidade das casas, também optou por não se construir refeitório coletivo²⁸. Assim, a alimentação é feita individualmente para preservar o momento da família. Porém, conforme podemos perceber, as pessoas vivem intensamente o coletivo e, às vezes, isso ultrapassa a barreira da individualidade e afeta de maneira mais incisiva a juventude, não somente os jovens que saem, mas os que ficam também, conforme podemos observar nestas duas falas.

[...] é como se fosse uma família grandona de cento e poucas pessoas, que todo mundo sabe o que você fez hoje, o que você vai fazer amanhã, no que tu trabalhou, então todo mundo sabe de todo mundo, que ruim, que ruim... é a parte ruim do coletivo, todo mundo sabe de tudo. Mas apesar disso eu gosto. (Alice, entrevista realizada em 13 set. 2014).

[...] outra coisa boa (de morar na cidade) é que a gente tem uma vida que não precisa explicar tanto, dar tanta justificativa igual tem aqui (no assentamento). Não que isso seja ruim, mas às vezes tu tem vontade de fazer alguma coisa, mas tudo depende de todo mundo. A liberdade de uma pessoa, não tem uma coisa que vale mais, ter liberdade de escolher e dizer hoje eu vou sair sem precisar justificar, explicar. Claro que a gente cumpre horário, tem que dar satisfação, quando fica doente também, tem que justificar, mas eu vejo que nessa parte a gente tem uma vida um

²⁸ Em outras experiências coletivas existentes no MST, em sua grande maioria, optou-se por construir refeitórios coletivos para que as pessoas pudessem se dedicar mais ao trabalho da cooperativa, evitando assim que cada um ficasse em sua casa cozinhando para a sua família.

pouco mais livre no sentido do fazer. (Joana, entrevista realizada em 15 set. 2014).

E para os jovens, que prezam tanto pela liberdade, viver em um coletivo e ter que se submeter a um regimento em que necessariamente precisam ter regras para que todos possam exercer os seus direitos, é algo extremamente penoso e os faz sentir em uma redoma ao que não estão dispostos ou não estão suficientemente preparados para viver.

E a falta de liberdade foi apontada como um dos elementos impeditivos para que os jovens que saíram cogitassem um possível retorno para este assentamento.

Talvez por eu ter vivido 5 anos fora daqui parece que é difícil voltar e ter que aceitar tanta regra, regra, regra... O tempo todo na verdade. Hoje é 8 horas que você tem de regra (está se referindo ao seu trabalho) e quem vive no coletivo vive 24 horas sob regras do coletivo. E quem tem um lote no individual não. Se hoje ele não quer plantar mandioca não planta. Aqui não... Claro que é um exemplo pequeno, mas tudo muito regrado. (Joana, entrevista realizada em 15 set. 2014).

Por outro lado, de alguma maneira, podemos considerar contraditória a fala de Joana ao descrever a sua vida na cidade, que também aponta elementos que cerceiam a sua liberdade,

[...] na cidade a gente não tem opção de ter esse sossego, o barulho de carro, o vizinho está ali de frente pra tua casa, tu não tem privacidade [...] a gente tem medo do roubo na cidade, de todas essas coisas que aqui não tem, né. Quem não tem cabeça na cidade se envolve com muita coisa ruim, né. Então, tem todos esses riscos que todo mundo já conhece da droga, do próprio trânsito, de todas essas questões, bebida, que jovem que não tem muito juízo acaba passando. (Joana, entrevista realizada em 15 set. 2014).

Não pedimos para os entrevistados classificarem ou elegerem em quais das situações se sentem mais prejudicados com relação à

privacidade, porém, por meio das suas falas podemos perceber que os “perigos” das cidades, como a total subordinação às regras do trabalho remunerado e o próprio assalariamento são vistos como possibilidades de vivenciar liberdades. Não percebemos haver uma reflexão crítica sobre estas condições.

3.3.4 Conflito geracional

Estudos também têm chamado a atenção sobre como as relações de hierarquia e os conflitos geracionais influenciam na saída dos jovens do meio rural. A autoridade paterna cria mecanismos de vigilância e controle por meio das relações familiares, na escola e na comunidade, fazendo com que os jovens não se sintam capazes de coordenar tarefas e, sim, de apenas executá-las. Ao passo que, por outro lado, são constantemente associados à renovação e ao futuro (BONAMIGO, 2007).

No assentamento não podemos tratar desse tema como uma questão familiar, mas, sim, como uma fragilidade do coletivo, uma vez que são as instâncias da cooperativa que coordenam as relações de trabalho estabelecidas neste assentamento. Porém, acreditamos que esta autoridade paterna é exercida nas relações familiares, tema este que não abordamos nas entrevistas, ainda que o consideremos um fator importante para ser analisado, mas deixaremos como apontamento para posterior aprofundamento deste estudo.

Por meio da observação participante e das entrevistas podemos perceber que, no interior do assentamento, existe um forte conflito geracional. Os “mais velhos” sentem, com toda razão, um enorme apego e orgulho em relação a todo processo construído, que foi feito com muitas lutas, muitas marchas, sacrifícios e muita dedicação e estudo. Os jovens, por sua vez, reconhecem a história e o esforço feito pelos “mais velhos” que construíram o coletivo, que hoje se encontra altamente estruturado, mas também querem contribuir nessa construção por meio de métodos mais modernos. E os “mais velhos” percebem a juventude com uma carga de preconceitos, pois acreditam que esses se deixaram influenciar demasiadamente pelas novas tecnologias.

[...] essa história foi construída ao longo desses 26 anos, uma história bonita, mas eles têm que entender que a nossa história é outra, que a juventude é uma nova juventude, que não é a mesma de 30 anos atrás de quando surgiu o

Movimento. É uma juventude nova que está buscando novas coisas e o pessoal tem que entender um pouco isso [...]. Mas para isso os dois lados têm que se ceder um pouco, não é? (Lucas, entrevista realizada em 13 set. 2014).

E esse conflito, ainda que de maneira não determinante, é mais um dos fatores que tem contribuído para a saída dos jovens e também acaba por ser um obstáculo para aqueles que saíram poderem retornar ao assentamento. Ao indagarmos os jovens sobre a possibilidade de voltar, eles dizem que o trabalho como empregado não é fácil e que no assentamento as relações sociais são construídas e vivenciadas de maneira a valorizar o ser humano em todas as suas dimensões, mas que só voltariam se os “mais velhos” valorizassem mais a *juventude*, sobretudo no que ela tem a contribuir no campo do conhecimento, o que não é reconhecido.

A gente trabalhar de empregado é complicado, tu é um peão (...) o cara manda tu tem que obedecer, se não vai pra rua (...) não tem uma cabeça aberta igual aqui na Cooperunião que tu está doente pode ficar em casa. Tu tem um parente mal tu pode visitar. Eu sempre gostei de morar ali [no assentamento], mas teria que ter essa mudança de mente dos mais velhos, dar oportunidades, mudar o modo de trabalhar aí eu voltaria. (Fala de um jovem, que saiu do assentamento).

O fato de a *juventude* ter mais facilidades com o mundo das tecnologias (telefone, internet, uso das redes sociais) faz com que essas diferenças se acentuem, causando em alguns momentos uma forte tensão. Porém, ainda que de maneira bastante tímida, foi possível perceber que existe uma preocupação tanto dos jovens quanto dos “mais velhos” em encontrar mecanismos para superar essas diferenças. Um dos exemplos mais evidentes que percebemos, foi o de os “mais velhos” participarem das oficinas de internet, oficinas de cerâmica, entre outras, bem como dos jovens participarem de espaços de formação que objetivam socializar com a *juventude* a luta que eles não vivenciaram.

No planejamento do grupo de jovens, a gente discutiu de voltar a enfatizar mais essa questão da

formação política e ideológica, trazer a história do movimento, como que foi desde o começo. A gente não tem claro de como tudo começou [...]. e eu acho que a gente tem que fazer esse resgate pra gente ter ciência, ter presente essa história, as próprias dificuldades que foram enfrentadas. É uma questão que a juventude tem que se trazer presente, por que a gente passou por isso, mas não sentiu tanto como os adultos, no caso nossos pais, os pioneiros aqui sentiram. (Laura, entrevista realizada em 12 set. 2014).

3.4 E por que os jovens ficam?

3.4.1 Os jovens “do” assentamento

Os jovens entrevistados que moram no assentamento, Alice, Laura e Lucas, conforme podemos observar na descrição das suas histórias de vida, apresentam um perfil bastante interessante do ponto de vista da origem das suas famílias, no sentido de contemplar todas as formas de luta que cada um seguiu até serem assentados. A família do Lucas é oriunda de outro assentamento, do litoral de Santa Catarina e vieram morar neste depois de 15 anos de existência do coletivo, para substituir uma família desistente. A família da Laura era do grupo das 25 famílias do município de Dionísio Cerqueira. E a família da Alice era do grupo das 35 famílias do MST. Esses jovens apresentaram uma leitura bastante madura da importância do MST na sua história de vida e das suas famílias.

Ao serem perguntados sobre o porquê das suas famílias terem ido para a luta do MST, a história contada por todos foi a mesma: não tinham terra suficiente para trabalhar e a única opção era ir para a luta dos sem terra para conquistar o seu pedaço de chão e melhorar de vida. Todos os três entrevistados tiveram acesso à faculdade, seja pelos cursos do MST por meio do Pronera, seja pela parceria com as Irmãs da Divina Providência, e consideram que se não fosse pelas lutas do MST não teriam conseguido alcançar este objetivo:

Agora esse ano surgiu a oportunidade pelo movimento de um curso de agronomia. (Lucas, entrevista realizada em 13 set. 2014).

Nasci no assentamento e estudei aqui comecei estudando na ciranda, depois eu estudei na escola, depois fui para a Idamar, tentei fazer magistério lá no Iterra, mas eu era muito nova e menor de idade, não podia. Aí eu não fui, conclui o ensino médio na Idamar, fiquei um ano sem estudar e fui fazer a faculdade de pedagogia da terra em Cascavel no Paraná. Me formei em 2012 e já entrei na escola que eu estudei (Escola Construindo o Caminho) dando aula. E agora comecei a especialização em Arte no Campo na Udesc em Florianópolis. (Alice, entrevista realizada em 13 set. 2014).

[...] hoje eu estou cursando Ciência Contábeis na Faculdade da Fronteira [...] então esse ano a gente encerra [...]. Agora eu trabalho o dia todo aqui no escritório da cooperativa contribuindo na parte contábil e à noite vou para a faculdade. (Laura, entrevista realizada em 12 set. 2014).

Um dos primeiros aspectos discutidos nas entrevistas foi como os jovens se sentiam dentro do coletivo. Um dos aspectos ressaltado por esses jovens foi o fato do coletivo proporcionar algumas tranquilidades e segurança que, segundo eles, não se encontra em lugar nenhum. Neste caso estão se referindo à organicidade do assentamento que, por meio das comissões, equipes e dos núcleos, garantem a execução das diversas atividades que visam garantir o bem-estar de toda a comunidade.

Eu tenho espaço para trabalhar sem ter que me preocupar em sair, eu tenho gente que vai cuidar da saúde, eu tenho quem vai acompanhar a educação, lazer. A gente tem um monte de atividade. (Alice, entrevista realizada em 13 set. 2014).

[...] esporte, cultura, lazer, agora estamos tendo atividades que estão sendo desenvolvidas com a juventude por meio de projetos do movimento que vem acrescentar no ensino, na vivência coletiva na formação política e ideológica dos jovens. Isso tudo só acrescenta no crescimento pessoal da

juventude, a cooperativa valoriza os jovens.
(Laura, entrevista realizada em 12 set. 2014).

De certa maneira, podemos perceber que algumas questões apontadas pelos jovens que saíram do assentamento, como elementos que motivaram a decisão de sair, são agora apontados pelos jovens como pontos positivos que contribuem para que eles permaneçam, como a facilidade de acesso à universidade, a organicidade do trabalho e o lazer.

3.4.2 Os jovens “no” assentamento

Para compreendermos como os jovens estão inseridos dentro do processo organizativo do assentamento e como é a sua participação nas tomadas de decisão, foi preciso, primeiro, entender como funcionam as instâncias deliberativas do assentamento, que explicamos no primeiro capítulo. A partir dessa compreensão e da fala dos entrevistados, podemos dizer que os jovens estão, de maneira geral, inseridos em todos os processos de tomada de decisão, pois, a partir dos 12 anos de idade ao se inserirem no processo produtivo automaticamente, eles devem participar de um Núcleo de Base e, conseqüentemente, de todas as instâncias deliberativas. Conforme afirmado por Laura,

Todos os jovens são inseridos no processo produtivo e nos núcleos de base que são formados pelas famílias. Então a juventude tem a voz ativa em todas as decisões que envolvem o coletivo por meio dos núcleos, das comissões, da assembleia.
(Laura, entrevista realizada em 12 set. 2014).

Na fala de José, um dos dirigentes mais antigos do assentamento, fica bem clara a importância da participação de todos na condução do coletivo e que aquela discussão das hierarquias, aparentemente, não existe:

[...] a participação tanto de jovens como de homem e mulher é uma coisa que nós priorizamos muito. A gente se organiza em núcleos de base, nós somos 6 núcleos de base, que é [organizado] por aproximação [das casas], nós somos organizados em uma cooperativa, uma empresa

que tem suas instâncias e a primeira instância é a assembleia geral, as comissões, as equipes de trabalho. Depois tem as equipes sociais como: esporte e lazer, saúde, educação e tantas outras, né? E todo mundo participa dentro das instâncias, e a juventude também. (José, entrevista realizada em 12 set. 2014).

Sobre a participação nas instâncias de direção, percebemos que a juventude sempre esteve presente. Porém, na última eleição que aconteceu no assentamento, nenhum jovem foi eleito para compor esta instância. Na avaliação de Laura, se neste mandato específico, a participação da *juventude* é menos representativa não é por uma questão de falta de confiança do coletivo, porque tem uma companheira jovem que foi eleita, mas como casou e teve filhos se desligou do grupo. Porém, conforme podemos observar no seu depoimento, ela continua com a tarefa de acompanhar o coletivo de juventude.

Hoje não temos nenhum jovem nas instâncias de coordenação e direção da cooperativa, tem a Tatiane, mas agora ela casou, né, e saiu do grupo (de jovens), mas ela continua na coordenação com a tarefa de fazer o vínculo da coordenação com a juventude. [...] A gente já teve mais jovens nas direções, no conselho social e político, mas foi em outro período; nessa nova direção tem a Tati que faz a ponte com o grupo. (Laura, entrevista realizada em 12 set. 2014).

Ao observarmos a efetiva participação da *juventude* no Assentamento, percebemos que eles realmente estão inseridos em várias frentes e que desempenham papel de suma importância para o bom andamento das atividades. No escritório da cooperativa, as tarefas desde recepção, telefonia, contabilidade, administração, departamento de vendas são desempenhadas por jovens, e o mesmo acontece na escola. Uma das jovens que se formou em Pedagogia é professora concursada e dá aulas nessa escola.

Neste sentido, podemos dizer que, ainda que alguns jovens tenham algumas críticas sobre a pouca participação deles nas tomadas de decisão, outros se sentem motivados a participar do coletivo e têm tomado iniciativas para melhorar as condições da *juventude*, visando

criar um ambiente que propicie a permanência dos jovens no assentamento.

Para isso, no ano de 2006, eles se organizaram e formaram o Grupo de Jovens Sidnei Scher²⁹ que tem como objetivo:

...integrar e organizar a juventude na organicidade do assentamento e da cooperativa da qual fazem parte, bem como criar espaços de discussão, cultura e lazer, motivando para a permanência do jovem no campo. Para isso, o grupo conta com uma coordenação que planeja as atividades que serão desenvolvidas como: práticas na comunidade, culturais de integração e momento de formação³⁰.

O grupo de jovens é uma instância da cooperativa e tem as seguintes funções, conforme consta no regimento interno da Cooperunião:

Art. 4º - Instâncias e Funções

4.2. Grupo de Jovens:

O grupo de jovens terá a participação de todos os jovens do assentamento, desde que cumpram com as normas estabelecidas pelo grupo, discutidas nos núcleos de base e aprovadas em assembleia geral da cooperativa;

a) Será organizado em 4 Núcleos sendo: Embelezamento, Ornamentação, Mística, Comunicação e Formação.

b) Dos Núcleos sairá à coordenação dos jovens e terá representantes na Comissão de Esporte/lazer e animação/visitas, com objetivo de fazer o vínculo com estas comissões.

Lucas, jovem que participou da entrevista, contribui na coordenação do grupo de jovens e fala com orgulho da tarefa,

²⁹ O nome dado ao grupo é uma homenagem a um jovem do assentamento que morreu em um acidente de carro.

³⁰ Disponível em: <http://coletivodejovensjosemarti.blogspot.com.br/2011/06/assentamento-conquista-na-fronteira.html>. Acesso em: 15 fev. 2015.

[...] eu contribuo como coordenação do grupo de jovem, agora um pouco mais afastado por causa do curso, mas a gente tenta trazer a juventude pra frente, e de forma coletiva [...] A gente está há quase 10 anos com o grupo de jovem. (Lucas, entrevista realizada em 13 set. 2014).

Dentre as atividades desenvolvidas e coordenadas pelo grupo de jovens está o projeto Aviário das Artes, que é um espaço cultural comunitário em processo de construção. Durante certo período o assentamento teve como linha de produção a criação de frangos para abastecer o abatedouro de aves ali existente. Após estudos de viabilidade econômica esta linha de produção foi desativada, ficando no assentamento uma estrutura de 12 aviários “inutilizados”. O Curso de Especialização em Arte no Campo Udesc/MST/Incrá³¹ e o grupo de jovens tiveram a ideia de ocupar um desses aviários para desenvolver atividades com a juventude.

Foi então que iniciaram um trabalho de recuperação de um deles e o transformaram em um espaço que visa incentivar e compartilhar conhecimentos, experiências e estimular o convívio e a troca de saberes entre os jovens e o assentamento. Alice descreve o processo que está sendo construído com muita euforia e acredita que este é mais um instrumento que pode fomentar o intercâmbio entre os jovens e os mais velhos.

Agora a gente tem o Aviário das Artes, que é um projeto em parceria com o curso de especialização, e nós desenvolvemos o trabalho com sucata, sobretudo na construção de instrumentos musicais, e com a cerâmica, na construção de tambor e panela. Então a gente vai fazer várias oficinas que vai envolver o assentamento inteiro, com as mulheres, homens, não só com os jovens. Então a gente vai fazer prato, copo, panela tudo de barro e com a “piazada” a gente vai fazer vários instrumentos, que a ideia é a gente construir uma bateria no estado. [...] a gente já começou! Fez uns

³¹ Em convênio entre a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá).

tambores, o couro a gente aprendeu a tirar aqui, aprendemos como que curte, como prepara todo ele, como vai montar o tambor, como afinar. A cerâmica, aprendemos desde tirar argila escolher qual a melhor, como moer, como preparar a massa [...] serão 10 oficinas, mas a gente está vendo para aumentar. (Alice, entrevista realizada em 13 set. 2014).

Outro projeto que está sendo desenvolvido no assentamento é o de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), que o grupo de jovens está coordenando, por meio de uma parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina. Este projeto visa a levar para o assentamento as estruturas físicas e oficinas que possam contribuir na formação dos jovens rurais e oportunizar o acesso às tecnologias de informação, incentivando o desenvolvimento de atividades de integração com a comunidade.

Agora a gente fez o planejamento da juventude e no planejamento a gente discutiu como potencializar o TIC e o aviário. Então o aviário vai ter oficina aos sábados de manhã e de tarde uma oficina com o assentamento inteiro e não só com a juventude, e o TIC a gente já pensou em fazer a videoteca, que aí a gente vai selecionar os vídeos, vai baixar para os computadores e podemos usar no cine aviário. (Alice, entrevista realizada em 13 set. 2014).

Como podemos observar, existe uma série de iniciativas por parte da *juventude* para construir um campo que seja valorizado e que permita a ela sentir-se bem ali. Percebemos, na fala de Alice, que existe uma preocupação de inserir os “mais velhos” nestes projetos desenvolvidos pelo grupo de jovens, pois, na sua avaliação, os tais projetos, como o TIC e o Aviário das Artes, são instrumentos de formação que vão contribuir para que os jovens permaneçam no assentamento e construam relações de parceria com a comunidade.

A gente vai fazer oficina de noite, fora do horário das oficinas do TIC. Para proporcionar que os mais velhos que não sabem mexer no computador e também para alguns jovens que não estão

participando do TIC por que não tem idade, também possam participar. Antes nós não tínhamos um espaço para a juventude.

Outro elemento importante, ressaltado por ela, foi que os jovens que foram embora do assentamento não tinham muitas opções de lazer, internamente. Mas diz que agora, com esses novos projetos, as possibilidades de desenvolver outras atividades, para além das que existiam antes, aumentaram.

A juventude que saiu só tinha o campo de vôlei e futebol, agora a gente tem dois espaços que estão dando várias possibilidades de formação. (Alice, entrevista realizada em 13 set. 2014).

Outro fator importante que eles veem com preocupação é a forma como estão sendo utilizadas as novas tecnologias e os meios de comunicação, no assentamento. Para além da fala dos jovens entrevistados, percebemos que as próprias famílias já comentam que, quando não tinham telefone nas casas, eles se visitavam mais, tinham que ir até a casa do vizinho para dar um recado e “acabavam conversando e tomando um chimarrão”. E agora tudo é pelo telefone. Essa preocupação está evidente na fala de Lucas, quando diz que os jovens também deixaram de se encontrar pessoalmente e estão optando pelos encontros “virtuais”.

[...] uma vez a gente se reunia para colocar a conversa em dia, hoje em dia não! Todo mundo tem internet e telefone em casa, até mesmo a TV, e a gente prefere ficar em casa conversando por mensagem e quase não se reúne mais para jogar bola. (Lucas, entrevista realizada em 13 set. 2014).

Quando abordamos o assunto do trabalho no assentamento, os jovens da pesquisa apontaram que estão contribuindo nas áreas em que tiveram formação na faculdade e que se sentem motivados a contribuir para aprimorar cada vez mais as linhas de produção existentes. Este é o caso de Lucas, que mencionamos anteriormente. Mudou de setor e agora está atuando no setor do gado leiteiro, porque acredita que poderá

contribuir no debate e na implementação da agroecologia e, ao mesmo tempo, aprimorar os seus conhecimentos no curso que está fazendo.

E mesmo para os meus estudos é importante [mudar de setor], por que hoje nós viemos debatendo a questão da agroecologia (assentamento) e uma vez a gente usava o agrotóxico e hoje cuidamos dos animais de forma agroecológica. E a gente no colégio [universidade], está estudando sobre o PRV³², então a gente está estudando pra implantar aqui, né, e é uma forma de trabalhar agroecológico, né. (Lucas, entrevista realizada em 13 set. 2014).

De maneira geral, percebe-se que existe uma preocupação da *juventude* do assentamento em contribuir no processo organizativo e produtivo. Existe um anseio de mostrar para os “mais velhos” que, por meio dos conhecimentos adquiridos com os estudos, é possível aprimorar o que já existe e melhorar ainda mais as condições de vida das famílias, conseqüentemente, possibilitando a permanência dos jovens no assentamento e até o retorno daqueles que saíram.

3.4.3 O que os jovens pensam sobre o êxodo rural

Vamos tentar compreender o que os jovens e os dirigentes do assentamento pensam sobre a migração para a cidade e, em que medida, esse tema se configura, ou não, como um fator de preocupação tanto para grupo de jovens, como para o coletivo. Para isso, por meio da aplicação do questionário, fizemos as seguintes perguntas para os jovens do assentamento: O que você acha que deveria mudar ou melhorar no assentamento para que os jovens deixassem de sair? O grupo de jovens debate/conversa sobre a saída dos jovens do assentamento? Para os dirigentes as perguntas foram no seguinte sentido: Hoje existe uma forte migração da *juventude* do assentamento para as cidades, assim, como

³² Pastoreio Racional Voisin, também conhecido pela sigla PRV é uma técnica empregada na produção animal, idealizada pelo pesquisador francês André Voisin. Se constitui em uma alternativa agroecológica para a criação de animais. Disponível em: <<http://dicionario.sensagent.com/Pastoreio%20Racional%20Voisin/pt-pt/>>. Acesso em: 5 mar. 2015.

este fator interfere na vida do assentamento? Isso é um fator de preocupação? Por quê? O assentamento tem feito algum tipo de ação, ou ações, para evitar a êxodo da *juventude*? Quais? E qual o grau de envolvimento da *juventude* neste debate?

Por meio das entrevistas, da observação participante e da minha vivência com/no coletivo, é perceptível que o tema da migração é visto com grande preocupação por todas as famílias. O assentamento, com o passar dos anos, foi tomando proporções que o colocaram em evidência, enquanto experiência coletiva de organização, para o mundo todo. No livro de registro de vistas são pessoas de mais de 60 países que visitaram aquela experiência e, atualmente, o assentamento recebe, duas vezes por semana, visitantes de todos os lugares do Brasil, os quais estão interessados em conhecer e saber como funciona um coletivo.

Percebemos que o coletivo, como um todo, não tem essa dimensão da importância que essa experiência assume, em nível nacional e internacional, porque acabam caindo na rotina do dia a dia, de modo que passa despercebido todo esse processo de construção e de enfrentamento com o modelo capitalista, que como sujeitos, construíram durante todos esses anos. E continuam resistindo e construindo, pois é um eterno (re)fazer. Talvez, a chave para compreender esse processo migratório esteja, justamente, nessa monotonia dos afazeres do cotidiano, perdendo assim a dimensão política daquele processo.

Neste sentido, a preocupação com a migração não se coloca apenas no debate sobre a sucessão no assentamento, ainda que este apareça como fator relevante. Mas há preocupação com os valores (des)construídos, durante todo o processo, pois as motivações apontadas para essa migração não são, pelo menos não conseguimos entender dessa forma, de ordem política no sentido de incompatibilidade dos indivíduos com a proposta do coletivo. Até porque todos mantêm uma relação bastante estreita com o assentamento. Podemos observar, nas festas de final de ano que estas se transformam em momentos de reencontro de grande parte da *juventude* que saiu.

Outro exemplo é que muitos passam suas férias no assentamento e acabam contribuindo em algumas tarefas do coletivo, durante os dias que lá permanecem. Alguns continuam participando das atividades esportivas, como no time de futebol, tanto feminino como masculino. Neste sentido, percebemos que as motivações para sair são por demandas pessoais e pontuais, como a vontade de estudar e a necessidade de aumentar a sua renda.

De certa forma, é consenso, tanto nas falas dos jovens que saíram, como dos que permanecem ali e dos dirigentes, que o principal

motivador para a saída é a questão financeira associada à curiosidade, natural da juventude, de conhecer e vivenciar novas experiências.

Eu acho assim, o principal motivo da saída dos jovens é o financeiro. E como eu falei, a mídia influência na saída do jovem do campo e é bem forte isso [...]. Muitos saem em busca de estudo, de poder crescer na vida, mas também pensando no financeiro. E muitos saem daqui nem estudo tem, hoje muitos que a gente estudava junto, estão tudo sem estudar, saíram só pra trabalhar fora e ganhar um pouco mais, mas talvez não tenha a mesma vivência, a mesma oportunidade de conviver no social, de ter os momentos bons dentro do assentamento. (Lucas, entrevista realizada em 13 set. 2014).

Sobre a remuneração recebida no assentamento, de uma maneira geral, todos concordam que precisa melhorar, pois acreditam que se tivessem uma renda melhor poderiam viajar mais, conhecer lugares diferentes e, com a renda que se ganha hoje, fica um pouco limitado. Mas avaliam que todos os jovens “sonham alto” e sempre irão buscar melhorar as suas condições financeiras. E é sobre essa busca por melhores salários que eles tecem uma crítica aos jovens que saíram e foram para a cidade para ganhar mais, pois consideram que a renda que recebem no assentamento é razoável e que não se pode contabilizar apenas o que é distribuído em espécie, precisam incluir nesta conta os benefícios em termos de qualidade de vida.

Sobre isso, eles explicam que o valor que recebem mensalmente é líquido e que já vêm descontados todos os gastos com alimentação, energia, o que não acontece na cidade, onde, além de pagar todas estas despesas, devem acrescentar o valor do aluguel e do transporte, entre outros gastos. Laura concorda que existe uma limitação financeira, mas reforça a ideia de que é preciso pensar além do financeiro.

A própria questão dos recursos financeiros, às vezes a gente tem essa limitação e é uma demanda que os jovens sonham alto, isso é normal, né? Em todo e qualquer lugar. Alguns saíram daqui para se empregar fora para buscar melhores condições de vida, mas eu acredito que boas condições de

vida a gente tem aqui. (Laura, entrevista realizada em 12 set. 2014).

Acerca desse tema da distribuição de renda, os dirigentes chamam a atenção para o fato de que não se pode analisar apenas o valor que é distribuído hoje. Mas, é preciso levar em conta que, quando o assentamento começou, há 26 anos atrás, todos estavam extremamente descapitalizados e que, durante todos esses anos, trabalharam para conseguir o máximo de conforto para as suas famílias. Pensam, ainda, que é preciso colocar nesta conta todo o patrimônio construído. Mas também fazem uma autocrítica que podem ter se preocupado em demasia com a estruturação da cooperativa e acabaram não priorizando a distribuição de renda.

Como nós chegamos aqui totalmente descapitalizados, sem nada, as nossas demandas eram muito grandes, a gente precisava ter tudo. A gente precisava ter uma casa digna para morar, precisava investir na recuperação do solo, investir nos equipamentos, nos setores produtivos. Pra você ter um retorno mais tarde. E nessa brincadeira se passou 26 anos, e que foram 26 anos de muito trabalho e de muito investimento. E talvez um dos problemas seja esse, que nós muito investimos e distribuimos muita pouca renda, distribuição monetária, de dizer ó eu tenho tanto no bolso! E esse pode ser um dos fatores que faz com que a juventude não se sinta numa situação confortável. (José, entrevista realizada em 12 set.2014).

José continua dizendo que é importante ressaltar que os “mais velhos”, em sua grande maioria, se sentem satisfeitos com a renda que recebem, pois conseguem perceber que, ao longo dos anos, construíram uma estrutura forte e hoje desfrutam de uma vida tranquila. Ao mesmo tempo, tece uma crítica à *juventude* que não leva em consideração esses aspectos históricos e acabam desistindo do coletivo. Para ele, o problema da migração só será resolvido com uma ação prática, que é o aumento na distribuição de renda.

É bom ressaltar, que pra mim e para aquelas pessoas que tem os cabelos brancos que nem eu, a

gente vê um grau de satisfação [da infraestrutura construída], mas a juventude não se contenta, começando lá em casa com as [filhas]. Eu estou todos os dias falando pra elas da história. Ó eu passei pelo acampamento, era difícil! Mas isso é uma coisa que a gente tem que lembrar a história para não ser esquecido, mas só vai resolver [o problema da saída dos jovens para as cidades] com uma ação prática que é ter uma movimentação maior de dinheiro, os tempos agora são outros. (José, entrevista realizada em 12 set. 2014).

Por meio desta constatação pode se chegar a alguns motivos importantes para a saída dos jovens, entre os quais, o desejo de se inserir no mercado formal de trabalho e a curiosidade em conhecer novas experiências. O assentamento discutiu isso e chegou à conclusão de que não poderiam trabalhar com a possibilidade de criar mecanismos de impedimento para a saída, mas que deveriam deixar essa opção a critério dos jovens.

Neste sentido, no debate chegou-se à conclusão de que o jovem que quiser sair e, por algum motivo quiser voltar, é garantida a sua reinserção na cooperativa, conforme consta no regimento interno da Cooperunião:

Art. 14º – JOVENS DA COOPERATIVA, no item d): Todo jovem que sair da cooperativa por iniciativa própria e quiser retornar posteriormente terá uma nova oportunidade, que será discutida pelo coletivo, caso seja associado, na saída será dado baixa da sociedade.

Pelos relatos e vivência no assentamento, constatamos que muitos desses jovens que saem, acabam voltando, mas segundo a fala de Maria, essa ação não é suficiente, é preciso investir mais em formação:

[...] até foi discutido pra dar uma nova oportunidade [para os jovens que saíram] de voltar justamente por isso, por que os jovens tem uma certa curiosidade de ver como é, de buscar coisas novas, né? E muitos acabam voltando. Só que é um assunto delicado, você não tem como

exigir que os jovens fiquem aqui. Então a gente tenta debater, conversar, trabalhar essa questão, mas na prática não é simples, porque são vários os motivos que levam os jovens a sair daqui [...] e aí a gente tem que trabalhar mais e dar a oportunidade de estudo, formação. (Maria, Entrevista realizada em 12 set. /2014).

No grupo de jovens, eles dizem que têm uma preocupação coletiva com a saída dos jovens, mas que esse tema nunca foi debatido na coletividade, ficando apenas em discussões paralelas. Afirmaram que já fizeram discussões com a contribuição do Pertti Simula³³, no sentido de construir mecanismos que façam com que se sintam parte da construção coletiva. E cogitaram sobre a possibilidade dos jovens terem sua casa, de modo que pudessem construir o “seu espaço” de moradia. Hoje, no assentamento, a política é que eles devam morar com seus pais e só têm o direito a ter casa própria quando se casarem, conforme podemos observar no regimento interno da Cooperunião:

Art.22º - Habitação no item d): No caso dos jovens filhos de associados/parceiros que constituírem uma família, ou novos integrantes da cooperativa será providenciado a moradia conforme item “a” desse artigo.

Essa questão da moradia ainda não foi debatida com maior rigor, tanto no assentamento como no grupo de jovens. Mas estes apontam, como uma possibilidade real, de, por meio desse mecanismo, construir um vínculo mais afetivo com o assentamento, conforme a fala de Laura:

Na verdade, no grupo em si a gente não traz muito presente essa realidade [da saída dos jovens], mas, tem essa preocupação. A gente tem as atividades que são desenvolvidas, a própria questão de motivar a juventude, mas um debate para encontrar soluções para a saída dos jovens não fez ainda. Nem o debate para saber do sonho de cada um a gente fez, iniciamos um debate com o Pertti, que ele veio e fez um trabalho de pensar

³³ Psicanalista Finlandês, que contribui com as Cooperativas do MST nas discussões sobre convivência e cooperação.

internamente no assentamento dos jovens ser parceiro, ter a sua casa. Por mais que você não esteja vivendo [na casa], mas que você cuide de um espaço que vai ser teu. né? Por exemplo, a tua casa vai ser em tal lugar, então eu vou cuidar daquele espaço para organizar do jeito que eu quero que seja. né? E é uma demanda que a gente tem, por que hoje internamente a política que tem é que os jovens permanecem com os pais, não temos nenhum caso que o jovem esteja morando sozinho, a gente precisa ver se há essa necessidade, mas a gente ainda não debateu. [...] Talvez essa seria uma ideia interessante. (Laura, entrevista realizada em 12 set. 2014).

Outro fator mencionado na avaliação dos jovens é com relação à falta de iniciativa da juventude em assumir tarefas no assentamento. Eles acreditam que precisam se desafiar mais, mostrar que são capazes de contribuir nas instâncias e pautar os anseios da *juventude*. Afinal de contas, a definição de quem serão os membros da direção e da coordenação é feita por meio da assembleia, conforme já mencionamos anteriormente, em que os jovens também participam. A pouca representação da *juventude*, na opinião de Lucas, pode ser justificada também pela falta de interesse.

Eu acho, que hoje um pouco que falta é a juventude se desafiar mais. Acho que essa oportunidade [de participar das decisões] o pessoal tem, mesmo por que o pessoal tem que demonstrar [interesse] no dia a dia, por que [os membros da direção e da coordenação] é eleito na assembleia. Mas se o próprio jovem não ajuda a demonstrar que tem interesse, tem vontade, tem capacidade para estar assumindo a instância, o setor, o pessoal também fica com um pé atrás. (Lucas, entrevista realizada em 13 set. 2014).

A intensificação do processo de formação é uma das prioridades do assentamento, que tem como objetivo incentivar os jovens a participar mais das suas atividades e das do MST, no estado e em nível nacional. Tanto os jovens como os dirigentes acreditam que essa

possibilidade de sair e conhecer outras realidades, possa contribuir para a formação da consciência.

Hoje, a gente faz curso de formação interno, a gente tenta propor atividades pra juventude, no sentido de curso de formação não só aqui, mas deles saírem fora [participar de outros espaços] fazer esses cursos, por que só o contato que tem aqui não é o suficiente, mas eles conhecer outras realidades, outras histórias. (Maria, entrevista realizada em 12 set. 2014).

Neste sentido, é possível perceber que existe uma compreensão e uma preocupação em proporcionar à *juventude* uma vivência em outros espaços da sociedade, o que não conseguimos identificar é se a *juventude* se sente contemplada com essas opções.

3.4.4 Como os jovens percebem o assentamento e o MST

Os jovens que participaram da entrevista percebem o assentamento como um espaço fértil para a construção de um ambiente em que possam contemplar todas as dimensões da vida humana. Acreditam que, por meio de um processo de formação mais focado, que os ajude a conhecer a realidade externa ao assentamento, isso poderá contribuir no sentido da valorização do espaço do coletivo.

A identidade sem terra foi fortemente manifestada por todos. Atribuem ao MST o fato de terem conseguido acessar o ensino superior, e acreditam que, por meio desta oportunidade, poderão contribuir não só internamente no assentamento, mas em várias frentes de luta que têm como objetivo a transformação da sociedade, em um mundo mais justo e igualitário, conforme podemos observar nesta fala de Laura,

Sem Terra sempre! A gente tem a identidade do movimento Sem Terra nas lutas, na valorização do povo, na busca por melhores condições de vida e igualdade para todos. O Movimento foi assim, particularmente pra mim, uma virada de vida. Se fosse fora do MST não sei o que seria da gente. Temos que manter essa base forte e prosseguir na organização e trazer melhores condições de vida para outras pessoas que também tem essa

demanda né! Sem terra sempre, né! (Laura, entrevista realizada em 12 set. 2014).

É marcante a presença do discurso militante e a convicção de que a permanência no assentamento é a alternativa mais viável para a juventude. Vou finalizar este capítulo com esta fala da jovem Laura, que traduz o anseio de todos os companheiros e companheiras do assentamento e do MST, em continuar construindo um mundo mais justo, igualitário e humano. Um lugar em que os jovens também possam se sentir realizados:

Eu espero que a gente continue com a nossa organização, com o trabalho coletivo, que apesar das influências do mundo capitalista, que a gente não se deixe influenciar tanto. Que o capitalismo não se insira dentro do coletivo, no sentido da gente permanecer coletivamente, na forma de organização e no trabalho. Na facilidade de convivência entre as famílias, que permanece assim, e que a gente consiga fazer um trabalho com a juventude. No sentido de trazer as demandas e as necessidades, que a gente consiga permanecer, que a gente não tenha mais muitas saídas. Porque daqui a 10/20 anos, nossos pais já serão todos idosos, como que vai ser? E a gente precisa trazer esse processo presente no dia a dia. Fazer formação, ver as necessidades, as demandas e a gente estar trabalhando para que consiga permanecer. Que a gente consiga dar sequência nesse sonho que foi sonhado pelos nossos pais, mas que a gente tenha esse sonho pra gente! (Laura, entrevista realizada em 12/09/2014).

Na sequência, faremos algumas considerações à guisa de conclusões, sem, no entanto, imaginar que o tema *Juventude*, em particular a *Juventude* do/no MST, esteja esgotado, porém que se esboçam outras questões que podem apontar para novas pesquisas.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA FINALIZAR

O esforço realizado ao longo desta pesquisa foi o de analisar o êxodo rural da *juventude* dos assentamentos de reforma agrária, mais especificamente o Assentamento *Conquista na Fronteira*. A pergunta que permeou toda a pesquisa foi: o que motiva os jovens a sair do assentamento para ir morar na cidade? No decorrer do percurso, fomos percebendo que este processo migratório dos jovens está interligado com vários aspectos, que extrapolam o local e o pessoal, e tomam proporções, em âmbito nacional e mesmo mundial, ao percebermos que existe uma continuidade e um aprofundamento do processo de domínio das relações capitalistas no campo.

O que nos chamou a atenção, desde o princípio, foi o fato de que os jovens que optam por migrar do Assentamento *Conquista na Fronteira* são filhos daqueles camponeses que foram expulsos do campo, com o processo de industrialização, ocorrido nas cidades, associado ao processo de mecanização da produção agrícola, ocorrido no campo, que teve início nos anos de 1950. Mas esses camponeses se organizaram no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e lutaram para reconquistar a terra por meio das ocupações efetuadas a partir dos anos de 1980.

A análise apresentada por Bourdieu (1983), abordada antes, de que: “Aquilo que para a geração 1 foi uma conquista de toda uma vida, é dado imediatamente, desde o nascimento, à geração 2”, é extremamente válido para o estudo de caso aqui apresentado. A terra que foi conquistada com muita luta pelos pais, hoje está lá à disposição dos filhos, sem que esses tenham necessidade de fazer um enfrentamento direto para conquistá-la. Essa percepção nos leva a acreditar que as aspirações dos filhos são distintas em relação às dos pais, que viam na terra a única possibilidade de reprodução da família. Os jovens, hoje, aspiram liberdade, desvelar o mundo, ascender na vida, conquistar a independência e isso trabalhando nas cidades, onde têm acesso a meios de comunicação e informação de que não dispõem no campo.

Durante a pesquisa, foram evidenciados alguns elementos que se configuram como determinantes para que os jovens tomem a decisão de sair. Um deles está associado à renda. A permanência dos jovens no campo está intrinsecamente ligada às condições de reprodução econômica, pois, se o jovem não consegue ter acesso aos bens de

consumo ofertados todos os dias pelas propagandas televisivas, ele buscará meios de se aproximar desta possibilidade de consumir.

A sociedade capitalista no modelo produtivo associado ao consumo e aos investimentos de capital, a cada dia cria novas necessidades, tornando o ser humano escravo do dinheiro ao vender a falsa ideia de felicidade, baseada na possibilidade de consumo. O assentamento, apesar de ser uma experiência coletiva, em que os valores socialistas estão presentes no dia a dia, infelizmente não está isento da influência do capitalismo e precisa encontrar mecanismos para enfrentar este desafio. Porém, não basta apenas produzir mais para gerar mais renda. É preciso investir em processos formativos, no sentido de desmistificar a falsa associação de que a felicidade e a liberdade só se tornam possíveis por meio do consumo.

Outro fator de expressão mencionado como fomentador da saída dos jovens do assentamento está ligado às possibilidades de acesso ao ensino superior. Neste sentido, a educação do campo é fundamental para a consolidação – e retorno – da juventude do e no campo. Um processo educativo que esteja fundado no trabalho, nas relações com a natureza e em uma perspectiva emancipatória, de identidade de classe, permite à juventude ser protagonista do seu futuro, proporcionando uma compreensão do seu papel enquanto indivíduo e, ao mesmo tempo, enquanto coletivo.

Neste sentido, precisa ficar claro que o modelo de desenvolvimento capitalista vigente no campo brasileiro está fundamentado no desenvolvimento desigual, excludente, uma vez que reproduz relações sociais de expropriação/exploração/subordinação. Esse modelo de produção agrícola, que tem como referência o agronegócio, ao qual já nos referimos, faz com que o campo seja visto e vivenciado como um lugar velho, feio e sem cultura. E para expandir sua produção, que demanda terra e mais terra, promove uma percepção, e a divulgação, de que a cidade é o lugar onde o desenvolvimento e as possibilidades de ascensão social se configuram como elementos predominantes. Com isso, a cidade se coloca como uma possibilidade concreta de realização para os jovens.

O campo precisa ser revalorizado e, para isso, é necessário reconstituir matrizes tecnológicas e produtivas que estejam associadas à agroecologia, que articula o humano à natureza, tendo no horizonte a emancipação dos camponeses, e, ao mesmo tempo, negando as que servem ao aprofundamento de sua alienação.

Para que a juventude continue no campo, e a que saiu retorne, é necessário que o campo seja um lugar em que todos tenham acesso à

moradia, à cooperação, à geração de renda, bem como sejam construídas novas relações de gênero, e assegurada a educação do campo junto à produção de uma cultura viva, de classe, da classe que vive do seu trabalho, no caso, os camponeses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONAMIGO, Carlos Antônio. *Pedagogias que brotam da terra: um estudo sobre práticas educativas do campo*. Tese. (Doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), 2007, 219 p.

BORDIEU, Pierre. A "juventude" é apenas uma palavra. Entrevista a Anne-Marie Métailié, publicada em *Les Jeunes et le premier emploi*, Paris, Association des Ages, 1978. Disponível em: <<http://minhateca.com.br/cesarboucas/Documentos/Livros+Autores+Diversos/Pierre+Bourdieu>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília/DF: Centro Graf. do Senado Federal, 1888.

_____. *Decreto-lei n. 1.110, de 9 de julho de 1970*, cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

_____. Lei n. 4.504 de 30 de Novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências, in: CONTAG. *Questões Agrárias*. Documento 8. Estatuto da Terra e Decretos Regulamentadores. Brasília/DF, novembro de 1979.

CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CASTRO, Elisa Guaraná de et al. *Os jovens estão indo embora? : Juventude rural e a construção de um ator político*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

_____. *Entre ficar e sair: Uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

CARNEIRO, M. J & CASTRO, E.G. *Juventude Rural em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

CARTER, Miguel (Org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. *O Desenvolvimento de Cooperativas de Produção Coletiva de Trabalhadores Rurais no Capitalismo: Limites e Possibilidades*. Curitiba: UFP. Dissertação (Mestrado em Administração), 2000.

CHAMPAGNE, Patrick. Jeunes agriculteurs et vieux paysans: crise de la succession et apparition du “troisième âge”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. mars/avril, p. 83-107, 1979.

COOPERUNIÃO. *Regimento Interno da Cooperativa de Produção União de do Oeste Catarinense*. Dionísio Cerqueira/SC: Cooperunião, 2003.

DALMAGRO, Sandra Luciana. *Trabalho, Coletividade, Conflitos e Sonhos: a Formação Humana no Assentamento Conquista na Fronteira*. Florianópolis: UFSC. Dissertação (Mestrado em Educação). 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FORACCHI Marialice M. (Org.). *Karl Mannheim: Sociologia*. São Paulo, Ática, 1982.

_____.; PEREIRA, Luis (Orgs.). *Educação e sociedade*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1973.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

JEOLÁS, Leila Sollberger; PALILO, Maria Ângela Silveira; CAPELO, Maria Regina Clivati (Orgs.). *Juventudes, Desigualdades e Diversidades*. Londrina: Eduel, 2007.

JANATA, Natacha Eugênia. “*Juventude que Ousa Lutar*”. Trabalho, Educação e Militância de Jovens Assentados do MST. Florianópolis: UFSC. Tese (Doutorado em Educação), 2012.

KOLLING, Edgar José; Ir. NERY, FSC; MOLINA, Mônica (Orgs.). *Por uma educação básica do campo*. Fundação Universidade de Brasília: Brasília/DF, 1999.

LERRER, Débora. Preparar gente: a educação superior dentro do MST. *Estudos Sociais e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, 2012, p 451-484. Disponível em: <r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/download/9/9>.

_____. MEDEIROS, Leonilde. Alternative Agrifood Movements: Patterns of Convergence and Divergence. Book Series: *Research in Rural Sociology and Development*, v. 21, 2014, p. 111-135.

MALAGODI, Edgar Afonso; MARQUES, Roberto. Para além de ficar ou sair: as estratégias de reprodução social dos jovens em assentamentos rurais, in: CARNEIRO, Maria José; Castro, Elisa Guaraná. *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 194 - 214.

MANNHEIM, Karl. (1982). "O problema sociológico das gerações" [tradução: Cláudio Marcondes], in: FORACCHI, Marialice M. (Org.). *Karl Mannheim: Sociologia*, São Paulo, Ática.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 9. ed. revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2009.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, Luiz Henrique Gomes de. Texto Juventude e Sucessão Familiar. *Caderno Realidade e Conflitos no Campo – CPT Regional Goiás*. Goiás, 2013.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Cartilha Programa Agrário MST*. 3. ed. São Paulo, 2013.

_____. Documento Propostas de Sistematização para o Eixo Temático: Jovem Rural e Ribeirinhos. *Seminário Nacional do Plano Nacional de Juventude*. SP: MST, 2006.

_____. *Normais Gerais do MST*. São Paulo, 1989.

_____. *II Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária II ENERA*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

NOVAES, Regina. Juventude, juventudes. Jovens das “classes C, D e E” frente aos dilemas de sua geração. *Programa Mais Cultura Audiovisual*. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/audiovisual/fictv/files/2008/12/juventude-juventudes.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e Sociedade Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

RIBEIRO, Darcy. *O Processo Civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

RIBEIRO, Marlene. *Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. *Educação e Pesquisa*. V. 34, n.1. São Paulo: USP, jan./abr., 2008.

_____. Política educacional para populações camponesas: da aparência à essência. *Revista Brasileira de Educação* (Impresso), v. 18, n. 54, p. 669-691, jul./set., 2013.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Mirian. *Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”? As relações de gênero nos assentamentos rurais*. Brasília/DF: Unesco, 2000.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

STEDILE, João Pedro. (Org.). *A Questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. *Questão Agrária no Brasil*, 11. ed. São Paulo: Atual, 2011.

STROPASOLAS, Valmir L. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural, in: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa G. de. (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 279-293.

APÊNDICES

Roteiros das Entrevistas:

A – Roteiro das entrevistas para os jovens que saíram do Assentamento.

Apresentação do entrevistado/a: Nome, idade, onde mora e há quanto tempo, escolarização e ocupação.

1. Um pouco da história de sua vida e da sua família, como seus pais entraram na luta pela terra, se você participou desse processo junto com seus pais ou já nasceu no assentamento.

2. Por quanto tempo você morou no assentamento? Como era sua vida lá, considerando trabalho, lazer, convivência com as pessoas e acesso a escola?

O que motivou você a sair do assentamento? Essa é a sua primeira experiência de sair da casa dos pais?

3. Hoje a sua vida aqui na cidade é melhor ou não? Se de fato é melhor, em que sentido?

4. Você visita o assentamento com que frequência? Qual é o sentimento quando você chega lá? Sua relação com as pessoas continua igual ou teve alguma mudança?

5. Em relação aos seus familiares que estão lá, eles já estão com certa idade e não têm o mesmo vigor físico para o trabalho? Você tem alguma preocupação sobre este assunto?

6. Que solução você daria? O que faria com a terra conquistada?

7. Se hoje lhe propusessem voltar a morar no assentamento, o que teria que mudar, em sua opinião, para que este lugar se tornasse agradável de viver? Ou tudo poderia permanecer como está?

8. O que você espera do futuro? Como você se vê daqui alguns anos?

9. Qual sua opinião sobre o MST antes e depois da conquista do assentamento?

B - Roteiro de entrevistas para os jovens que moram no assentamento.

1. Apresentação do entrevistado/a: Nome, idade, onde mora e há quanto tempo, escolarização e ocupação.

2. Um pouco da história de vida, sua e da sua família. Como seus pais entraram na luta pela terra? Você participou desse processo junto com seus pais ou já nasceu no assentamento?

3. Como é a sua vida no assentamento? Trabalho, lazer, convivência com as pessoas, acesso a escola.

4. Quais são suas tarefas no assentamento? Você gosta de desenvolvê-las ou gostaria de fazer outra coisa?

5. Você acha que o assentamento valoriza e incentiva a participação da Juventude nas instâncias do assentamento e do MST?

6. O que você acha que deveria mudar ou melhorar no assentamento para que os jovens deixassem de sair?

7. O grupo de jovem debate/conversa sobre a saída dos jovens do assentamento?

8. O assentamento *Conquista na Fronteira* é conhecido internacionalmente pelo seu trabalho coletivo, recebe muitas visitas, as pessoas vêm aqui fazer estudos?

9. O assentamento é considerado um modelo de organização. Como você vê isso?

10. O que você espera do seu futuro? Como você se vê daqui há alguns anos?

11. Qual sua opinião sobre o MST? Você se considera um Sem Terra?

C - Roteiro de entrevistas para o/a Dirigente do Assentamento.

Apresentação do entrevistado/a: Nome, idade, onde mora e há quanto tempo, escolarização e ocupação.

1. Quando o MST ocupou esta área, das 35 famílias a maioria eram jovens solteiros/as, o que você acha que motivava a participação e o engajamento desses na luta? O que mudou na juventude de hoje?

2. O “Assentamento Conquista na Fronteira” é uma referência para o MST e inclusive internacionalmente pelo nível de cooperação e organização, especialmente pelo modelo coletivo de gestão e produção. Qual o grau de envolvimento da Juventude nesta construção?

3. Vocês tiveram um processo de formação que foi feito na luta do dia-a-dia nos acampamentos. Os jovens do assentamento não tiveram essa vivência. Como o assentamento se preocupa com a formação política ideológica desses jovens?

4. Hoje existe uma forte migração da juventude do assentamento para as cidades, como este fator interfere na vida do assentamento. Isso é um fator de preocupação? Por quê?

5. O assentamento tem feito alguma ação para evitar a migração da Juventude? Quais? E qual o grau de envolvimento da juventude neste debate?

D - Roteiro de entrevistas para o Dirigente do Coletivo Nacional de Juventude do MST

Apresentação do entrevistado/a: Nome, idade, onde mora e há quanto tempo, escolarização e ocupação.

1. A criação de um Coletivo Nacional de Juventude pressupõe que este é um tema importante para o MST, como este coletivo tem se organizado e quais são as suas principais tarefas?

2. O Brasil é um país onde a grande maioria da juventude vive nas cidades e essa migração persiste até os dias atuais. Qual é a incidência desse fenômeno nos assentamentos do MST?

3. Como o MST tem debatido internamente essa questão? Se sim, esse debate é feito com a participação da juventude?

4. O MST tem uma grande quantidade de jovens que nasceram nos assentamentos e que não vivenciaram a luta pela conquista da terra. Qual é a proposta de formação que o Coletivo de Juventude tem e que leva em conta esse fator?

DOCUMENTOS ANEXOS

A - Fotos do Assentamento *Conquista na Fronteira*

Estrutura Comunitária



Mística



Casas



Escola



Oficina cerâmica Aviário das Artes

